



CADERNOS DE EDUCAÇÃO
POPULAR **13**

**Educação popular
em debate**

HAMILTON FARIA

JORGE VICENTE MUÑOZ

PEDRO BENJAMIM GARCIA

PEDRO PONTUAL

SÉRGIO HADDAD

VERA BARRETO



Nova

Cadernos de Educação
Popular 13

Educação popular em debate

HAMILTON FARIA
JORGE VICENTE MUÑOZ
PEDRO BENJAMIM GARCIA
PEDRO PONTUAL
SÉRGIO HADDAD
VERA BARRETO



Petrópolis
em co-edição com

Nova

Pesquisa e Assessoria em Educação

1988

© 1988, NOVA — Pesquisa e Assessoria
em Educação
Rua Barão do Flamengo, 22/803
Rio de Janeiro, RJ
Brasil

Direitos de publicação:
Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689 Petrópolis, RJ
Brasil

Projeto Gráfico
Gerardo Hanna

HAMILTON FARIAS
LORGE VICENTE MURGOZ
PEDRO BEZAMIM GARCIA
PEDRO PORTUJAL
SÉRGIO HADDAD
VERA BARRETO



Este livro foi composto e impresso nas oficinas gráficas
da Editora Vozes Ltda. em maio de 1988.

Sumário

NOTA INTRODUTÓRIA	7
PARTE 1	
Educação Popular: o momento atual e o papel dos educadores (Posicionamento individual de cada um dos participantes).....	9
PARTE 2	
Colocações adicionais à primeira rodada das intervenções.....	32
PARTE 3	
Livre debate sobre as questões abordadas nas duas partes anteriores	40
PARTE 4	
Das diferenças entre o assessor, o educador popular e os grupos populares	58
PARTE 5	
Reflexões sobre a prática de alfabetização de adultos	68
PARTICIPANTES (INSTITUIÇÃO E ENDEREÇO)	74

Nota introdutória

Este "Caderno" foi concebido com o intuito de estimular o debate acerca da educação popular que hoje se realiza no Brasil. Ele é resultado de dois seminários realizados com a finalidade de produzir esta publicação.

Estes seminários reuniram seis educadores com larga experiência de trabalho, na área da educação popular, em várias regiões do país. Estes educadores, como se verá pela leitura do texto, têm posições diferenciadas acerca da temática debatida. Intencionalmente quisemos que fosse assim. Não só para estimular o debate, como para apresentar um painel de várias posições. Este exercício de democracia foi realizado num amistoso clima de respeito mútuo.

Participaram dos debates dois membros da equipe da NOVA, Jorge Vicente Muñoz e Pedro Benjamim Garcia, Vera Barreto, do VEREDA, Hamilton Faria do GEP/URPLAN e da RECONSTRUÇÃO, Sérgio Haddad, do CEDI-SP, e Pedro Pontual, do INSTITUTO CAJAMAR.

Ao realizarmos os dois seminários imaginamos que o primeiro seria uma espécie de ensaio para o segundo. Sendo que o segundo deveria recobrir, por iniciativa das exposições dos participantes, as questões do primeiro. Isto não ocorreu. As questões debatidas num e outro encontro foram bastante distintas. No primeiro o cerne do debate se deu em torno de questões mais ligadas à prática da educação popular; no segundo as questões giraram em torno de concepções de transformação social e dos papéis da educação e do

educador popular. Do primeiro seminário, aproveitamos um debate acerca de alfabetização de adultos, sendo as demais partes do "Caderno" resultantes do segundo seminário.

A divisão deste "Caderno" em cinco partes foi concebida para tornar a sua leitura mais dinâmica. Outro recurso utilizado foi o de ressaltar, em negrito, momentos relevantes da fala de cada um dos participantes.

Em relação à divisão das partes, as duas primeiras corresponderam às posições de cada educador, sem a interferência dos demais. A terceira dá início aos debates, de forma espontânea, e a quarta foi estabelecida com base na discussão acerca das diferenças dos papéis do assessor, do educador popular e dos grupos de base. Finalmente, a quinta parte, sobre alfabetização de adultos, resultou — como já foi assinalado — do primeiro seminário. A razão da sua inserção se deve ao fato de se tratar de um debate acerca de uma atividade específica da prática da educação popular que julgamos importante recuperar para enriquecer este "Caderno".

O trabalho de copidesque teve por finalidade cortar as frases repetitivas, os né e semilares da fala oral, além de correções outras com o intuito de facilitar a leitura do texto. Tudo isto foi feito tentando conservar o tom informal do debate.

Na revisão que cada participante fez da sua fala foi pedido que cada um a corrigisse tendo em vista a maior clareza possível das idéias. Tratou-se, portanto, de uma revisão do que foi exposto por ocasião dos seminários, e não de um novo discurso com outras idéias. O que, de resto, inviabilizaria a edição do "Caderno" tal como foi realizada.

Como todo debate, as explicitações das idéias nem sempre seguem a lógica linear do texto escrito — alguns pensamentos não se completam, sugerem-se temas que não são desenvolvidos, questões iniciadas são cortadas por outras intervenções etc.

O que temos, na realidade, é um conjunto de questões, mais ou menos desenvolvidas, que acreditamos possam servir como sugestões de debate para aqueles que, como nós, estão envolvidos na prática da educação popular.

Pedro Benjamim Garcia

PARTE I

Educação popular: o momento atual e o papel dos educadores

(Posicionamento individual
de cada um dos participantes)

Pedro Garcia: Gostaria de começar colocando uma questão geral e, depois, questões mais específicas. Sobre a questão geral eu diria que a gente atravessa um momento de crise. E essa crise, no meu modo de ver, tanto pode levar à barbárie, a um retrocesso político, ao fascismo, como pode levar à criação de uma sociedade mais igualitária.

Essa crise, no meu entender, atinge a sociedade como um todo, tanto nos aspectos econômicos, políticos e sociais, quanto em relação aos valores e aos conhecimentos, principalmente no que concerne à ciência. E esta crise, como não poderia deixar de ser, atravessa também a educação popular.

Se nos reportarmos aos anos 60, comparativamente aos que vivemos hoje, veremos que tínhamos um período de certezas e esperanças, enquanto que neste final de século vivemos incertezas e descrença generalizada. Nos anos 60 a sociedade que queríamos já estava pronta em outros lugares. E as formas para alcançá-la também. Não só a teoria estava pronta, como os modelos estavam aí: o cubano, o soviético, o chinês, etc. Hoje em dia poucas pessoas acreditam nestes modelos. Eles perderam o caráter de paradigmas. A sociedade a ser criada, diante do fracasso do chamado "socialismo real", é uma incógnita. Claro, a forma como a luta pela transformação social está se dando não deixa de ser uma antevisão do que se pretende.

Mas voltando a esta linha comparativa entre os anos 60 e 80, se em 60 tínhamos uma certa tranqüilidade do que se queria construir, do aparato teórico para esta construção, hoje o mesmo não ocorre.

Que fique claro, não vejo os anos 60 com nostalgia. Hoje, com todos os riscos, vivemos um período mais fértil em termos da criação do novo. E isto é extremamente rico em termos da reformulação do político. Neste sentido, uma questão que me parece fundamental é: como criar um novo tipo de sociedade a partir do quadro do Brasil de hoje? Penso que a transformação social só será possível na medida em que novas relações sociais forem estabelecidas. E essas novas relações sociais se dão numa gama muito variada. No meu entender passam por elementos que, anteriormente, nos anos 60, não eram considerados e que, hoje em dia, estão muito ligadas aos movimentos: movimento negro, movimento de mulheres, movimento dos homossexuais, movimento ecológico... Esses movimentos dão uma nova tonalidade à própria situação de transformação social. Além desses movimentos, eu acho que também é muito importante a política do cotidiano. A transformação social pensada nas formas cotidianas, no dia-a-dia, quer dizer, a transformação que se faz no aqui e no agora. Isso sem esquecer a questão do Estado, a questão do Partido, a questão do Sindicato, enfim, todas estas instâncias institucionais que, por exemplo, para tentar entender esta diferenciação entre os anos 60 e hoje, anteriormente eram tidas como as únicas possíveis em termos de transformação social. Eu acho que o campo de visão do político se abriu para uma área muito mais ampla, onde o papel do sujeito, seja quem for e onde estiver, tem uma significação maior, mais criativa. Neste sentido a percepção do político se ampliou bastante. E nessa linha eu me perguntaria: qual o papel da educação popular? O que se pretende com esta prática? Seja qual for a resposta que se dê a esta questão, o fundamental, para mim, é que o novo que se pretende tem que nascer no interior da própria prática que se realiza: a legitimidade da perspectiva de transformação é testada na prática, ou seja, a prática espelha a percepção que se tem da mudança. Uma prática que estivesse em contradição com essa perspectiva de mudança seria uma prática perversa, seria uma prática que acabaria reforçando o que se quer combater.

Neste sentido, uma crítica que eu faço aos grupos que trabalham privilegiando uma linha de confronto com o Estado é que eles — muitas vezes — acabam por reforçar e repetir, com sinais trocados, o que buscam combater. Isto ocorre porque ao tentar combater o Estado acaba se criando uma organização oposta, mas equivalente, em termos de estrutura (hierarquia, disciplina, unidade a qualquer preço etc.). Esta contradição, se se pode chamar

assim, talvez possa ser formulada da seguinte forma: ao se tentar criar uma força equivalente ou superior à que se quer combater, no mesmo terreno de luta que o inimigo propõe, se acaba — muitas vezes — criando uma estrutura equivalente, embora com sinais trocados. Pode até se desejar isto. Vai depender da concepção de poder que se tenha e que se quer criar.

O Estado, na sua estrutura piramidal, busca, em qualquer sociedade, criar e controlar uma unidade, tutelada pelo próprio Estado, apagando as diferenças. O Exército e a Igreja são paradigmas desse tipo de poder fundado numa hierarquia, numa disciplina, numa concepção de conhecimento, numa verdade. Eu acho que essa concepção de poder tem que ser implodida, tem que ser fragmentada. É dentro desta perspectiva que eu acho que a própria concepção de transformação social tem que ser repensada.

Voltando à questão da crise, que atinge os paradigmas instituídos na nossa sociedade, penso que é necessário repensar quase tudo: a ética, o sagrado, o político, o papel da ciência... O que não significa desconsiderar as conquistas obtidas até hoje, nem cair na pretensão, na ingenuidade, de achar que vamos construir algo absolutamente novo.

O que eu acho que não cabe mais, numa sociedade como a nossa, são as camisas-de-força, com vários nomes, que não nos permitem recriar a sociedade que negamos e na qual estamos inseridos.

Voltando à educação popular, penso que a sua força reside na sua fragmentação por todo o país. É um tipo de força diferente do que corresponde à unidade. Neste sentido é interessante recuarmos aos anos 70. No momento da maior repressão a educação popular resistiu como forma estilhada de poder porque estava disseminada. Não havia uma cúpula, uma cabeça que, cortada, destruiria todo o movimento. Eu acredito que o poder e a criatividade da educação popular está justamente na sua multiplicidade diferenciada. Tentar criar uma unidade, tentar "aparelhá-la", é uma forma de exterminá-la como movimento criativo de mil faces.

Eu espero que grupos independentes, autônomos e com várias perspectivas de transformação social, se disseminem em nossa sociedade.

A ênfase na transformação pela criação — mais do que pela destruição e pelo confronto — da nova sociedade se manifesta numa concepção de poder condizente com esta posição. Neste sentido a educação popular cumpre um papel de fundamental importância.

Gostaria de falar, agora, sobre o papel do educador popular. Quando falo em educador popular estou pensando, como sucede na maioria dos casos, num educador de classe média que tem poder, através da instituição que representa, de criar e abrir espaços. E, dentro da minha proposta política, penso que o seu papel é contribuir para a autonomia e a emancipação dos grupos populares com os quais trabalha. E como estamos falando em educação se coloca a questão do conhecimento. É num espaço determinado e com um conhecimento específico que o educador vai recriar as condições de trabalho que realiza. No caso da alfabetização de adultos, para dar um exemplo, o educador encontra-se numa situação limite. De um lado um grupo social estigmatizado, mesmo no seu próprio meio, que se depara com o educador, que dele se diferencia em termos de inserção de classe e de conhecimento. Acrescente-se a isto o fato desta relação se dar numa instituição onde já existe uma expectativa do que é ser professor e do que se espera de um aluno. E é dentro deste quadro adverso que o educador se propõe — tal como eu penso — a criar condições para que este grupo social acredite que pode conhecer e transformar a si próprio e a realidade onde vive.

Por outro lado, o educador não pode escapar da relação de poder que pende para o seu lado e que já está socialmente predeterminada. Não adianta nada ele chegar e dizer: não, eu não tenho esse poder, ou, eu não quero esse poder. Isto não funciona.

Eu acho que o grande desafio do educador é fazer com que essas relações de poder sejam reinscritas de forma igualitária na prática da educação popular. No momento em que conseguimos criar este novo espaço de relação e conhecimento, acabamos obtendo resultados que nem imaginávamos. Iniciamos o trabalho pretendendo determinadas coisas e a experiência vai nos dizer outras. Os resultados que pretendíamos nem sempre, muito raramente, são aqueles que alcançamos. A prática vai implodir as nossas fantasias, vai recriar condições novas de conhecimento, e, inclusive, vai recriar o nosso próprio conhecimento inicial, anterior a essa experiência. É nesse sentido que eu acho que essa prática, essa inserção no trabalho, é muito criativa.

Hamilton Faria: Vou retomar um pouco a História. Apesar de todo o clima repressivo da época, a década de 70 foi bastante importante para a educação popular. Questionam-se velhas concepções, critica-se aquele tipo de educação de se fazer para, desenvolve-se um estilo de educação popular com os setores populares, numa interação muito maior. A educação, na década de 70, se dava muito acoplada à resistência e à luta, muitas vezes fundindo-se no mesmo movimen-

to. Muitas vezes não se fazia diferença entre propostas de educação e ativismo político. Eu acredito que os trabalhos de educação popular, autodenominados ou não, foram muito importantes na criação dos novos espaços constitutivos dos movimentos populares e sindicais. E neste trabalho todo foram se constituindo as nossas entidades. No final da década passada, o movimento dos trabalhadores se coloca na cena pública e questiona as suas condições de vida, de trabalho, o autoritarismo, o regime político, etc. e contribui decisivamente para a politização da sociedade brasileira. E a educação popular continuou ganhando novos espaços, aproximando-se mais ainda dos trabalhadores, e muitos educadores fundem suas atividades com as do movimento.

Aqui eu gostaria de discutir duas questões. Por um lado, eu vejo a importância dessa aproximação dos educadores com os movimentos sociais no final da década de 70 e na década de 80, mas, por outro lado, o sentido educativo também vai perdendo um pouco o seu espaço, a sua identidade. A intervenção educativa, muitas vezes, se dilui nos projetos políticos das instituições. O saber dos educadores volta-se para o fortalecimento das organizações populares situadas na vanguarda dos movimentos sociais. O saber educativo, as reflexões, os novos conceitos etc., giram em torno das lutas imediatas. E os educadores, muitas vezes, tornam-se intelectuais orgânicos desses movimentos, pegando o sentido mais gramsciano do termo: passam a elaborar junto com os movimentos esse saber militante.

Eu quero deixar claro que a aproximação com os movimentos sociais é muito importante. Por outro lado, as questões educativas, que se restringem ao apoio às lutas, perdem o seu sentido mais amplo. É como se tudo se resumisse ao discurso político que vai surgindo dentro dessas lutas sociais. O educador acaba perdendo a dimensão pedagógica do seu trabalho, a dimensão metodológica, filosófica etc., enfim todas as outras faces que não se resumem ao discurso político de transformação. Muitos desses educadores dedicam-se à formação política e aprofundam uma teoria já elaborada pelas vanguardas sociais e políticas. Na verdade mais um trabalho de transmissão de um saber já estabelecido que uma construção nova. Poucos são os trabalhos que se dedicam a captar a vida emergente dos trabalhadores, resgatar a criatividade de seu saber, as suas novas formas de enfrentar o cotidiano e o seu aprendizado. Muitos estão mais preocupados com a ótica da sua proposta política que com o aparecimento desses novos valores e dessas novas práticas sociais. Eu acho que esse saber popular — aí incluídos as culturas, as formas de luta, a sobrevivência, o cotidiano etc. — acaba perdendo força para um discurso político, bandeiras de luta, articulações que objetivam o poder etc.

Aqui eu questiono duas visões: a que vê a relação dos grupos de educação popular exclusivamente com as formas institucionalizadas e a que rejeita essas formas como se por elas não passasse nenhum processo educativo. A primeira, no meu entender, empobrece a relação do educador com a vida e a luta das camadas populares. Ele sempre acaba vendo o mundo pela ótica da direção que corporifica a instituição, parece a história daquela rã que achava que o céu e a boca do poço tinham o mesmo tamanho. A segunda visão é também discutível. A articulação dos sindicatos, das centrais sindicais, a articulação política dos movimentos populares é um dado que existe, é uma nova dimensão que se abre, coisas que não haviam na década anterior e que não se pode negar como um espaço educativo importante. Não se pode negar a emergência política dos movimentos, as novas reivindicações, a instauração de novos direitos, as novas identidades, o surgimento de novos sujeitos etc. E estas questões não estão desligadas de alguma relação com a institucionalidade.

A partir daí já damos campo para outra questão. A educação popular é eminentemente política: questiona o poder dominante na sociedade e por aí ela já se define como uma educação dentro de um determinado campo político. Procura desenvolver referências para o desenvolvimento de um saber e de um poder em todos os níveis, visando a transformação da sociedade. É por aí que se insere um processo educativo. Mas aí temos várias questões para serem analisadas. Não se trata de um outro poder, mas um novo poder que questione em essência o poder autoritário existente na sociedade. Um poder onde não se reproduza, no seu interior, a exploração e a opressão nos mais diversos níveis. Um poder a partir do qual se construa a liberdade de pensar, de sentir, de sonhar, de fantasiar e de resgatar a utopia. Um poder e um saber que questionem a hierarquia, base da dominação; um saber e um poder que permitam a criação permanente e convivam com o plural e com as diferenças.

Quando falamos de poder devemos estar atentos para a reprodução do autoritarismo no interior dos movimentos. A mesma hierarquização que se dá na sociedade se reproduz com tremenda facilidade nos movimentos. Um exemplo disso é a estrutura sindical no Brasil. Não existe nada mais hierárquico, autoritário, centralizador. Embora os trabalhadores questionem e construam novas relações nas suas lutas coletivas, reproduz-se na vida sindical relações de dominação, poderes hierarquizados. O educador deve se perguntar a todo momento sobre os tipos de relações que estão se constituindo entre os dominados.

Vou ampliar um pouco o leque das minhas inquietações. Eu entendo o saber popular apoiado na totalidade da vida desses setores, na sua experiência de vida, na sua cultura em sentido abrangente: manifestações artísticas, religiosas, místicas, sensuais, corporais, mágicas, reelaboradas continuamente pela sua própria experiência e não selecionados por uma vanguarda política que diz o que serve e o que não serve para a luta.

Eu tenho certeza que a amplitude da educação popular é muito maior do que um saber de luta oriundo da militância política. Uma transformação radical nasce de todas as instâncias da vida. E a educação popular não deve apenas estar voltada para um aprendizado de luta no sentido estrito e político do termo.

A construção de qualquer teoria que se pretenda emancipadora, no meu entender, deve partir de uma experiência viva e não imposta pelas categorias da ciência. Não é nenhuma negação à ciência, mas eu vejo que existe determinado saber universitário, no interior das organizações de esquerda etc., a partir do qual se formulam paradigmas e categorias que não contribuem para uma nova interpretação da vida e da História. São velhas fórmulas já conhecidas que serviram em outros momentos a outros processos.

Finalizando, eu entendo que uma nova sociedade passa pelo exercício autônomo da vida e da luta da maioria da população. Quando estou falando de autonomia eu estou falando de **auto-nomos**, lei de si mesmo, quer dizer, os setores populares construindo as suas próprias regras de vida, o seu espaço de relações, sem qualquer subordinação às instituições. Em relação às instituições do movimento, eu não vejo isso como se fosse uma pirâmide. No topo as instituições e na base o conjunto dos trabalhadores. Os sindicatos e as centrais sindicais têm que estar a serviço do movimento e não como órgãos tutores que independem dessa dinâmica. Assim eles perdem a sensibilidade e caminham no sentido da construção de um discurso político que nada tem a ver com os trabalhadores. Isso aí é nítido na história do Brasil e nenhum sindicato ou central ou partido estão isentos disso.

Para terminar, chamo a atenção para a questão do individual e do coletivo. Muita gente começa a ter consciência da importância do individual. Eu acredito que a História é uma construção individual e coletiva de homens e mulheres concretos, com uma experiência de vida, com um corpo, com representações do imaginário. O discurso centralizador da política, muitas vezes, impõe uma hegemonia que castra as vidas individuais e as uniformiza em um saber competente, equaliza, homogeniza, diz o que

é certo e o que é errado, aponta caminhos e estratégias sem levar em conta as identidades individuais e coletivas que estão em jogo. É fundamental a valorização do indivíduo nesta luta. As grandes transformações não se dão apenas de uma brusca erupção das massas na História; elas também passam pela percepção do individual. O coletivo deve ser continente do individual e não seu segregador. O Brasil é um país com muitas diferenciações culturais, regionais, raciais etc. e os movimentos têm que constituir espaço para a manifestação destas diferenças.

Para finalizar mesmo esta intervenção inicial, eu queria dizer que não existem sociedades ideais que sirvam de modelos para nossa construção histórica. O ponto de chegada, e o tipo de sociedade futura, a experiência dos dominados é que vai determinar qual é. A dimensão política da educação é contribuir para a construção do novo a partir da autodeterminação e da criatividade do conjunto dos setores populares (e todos nós estamos aí incluídos nos espaços que constituímos). Um projeto emancipador é um grande ato de criação e não a reprodução de modelos, ou da política definida por algumas pessoas que apontam os caminhos por onde a História deve passar. Neste sentido eu acho que se coloca a importância do aproveitamento de todas as experiências históricas, mas o tipo de sociedade que vai brotar desse processo, deve partir, no meu entender, da própria experiência de vida, de luta, de trabalho do conjunto dos dominados.

Pedro Pontual: Eu acho muito importante essa discussão que estamos travando aqui na medida em que, ao discutir o significado da educação popular hoje, a gente acaba se dando conta de que distintas práticas, que revelam, no fundo, distintas concepções, se auto-intitulam como práticas de educação popular. Então, nesse sentido, é cada vez mais necessário, no meu modo de ver, procurar precisar melhor a que tipo de prática e a que tipo de concepção nós estamos nos referindo quando dizemos que estamos trabalhando com educação popular.

Para mim a educação popular não se define somente pelo fato de nós estarmos trabalhando com grupos populares. Isto porque o que define fundamentalmente a educação popular são os seus objetivos, ou, mais precisamente, o projeto político, ou a concepção política que está embutida na nossa prática educativa.

Dentro disso eu diria que nós temos um campo de práticas educativas que estão vinculadas a um projeto de continuidade da dominação capitalista. Dentro desse campo a gente tem, basicamente, dois tipos de prática, com pontos de identidade, mas com algumas

diferenciações. Um deles se caracteriza por um conjunto de práticas que estão ligadas a uma concepção mais conservadora da sociedade. No início da educação popular a gente chamava estas práticas de assistencialistas, na medida em que valorizavam somente a perspectiva da promoção individual. Hoje, essas práticas se mantêm, mas maqueadas com um discurso de práticas comunitárias. Com um discurso de projetos de desenvolvimento de comunidade, que no fundo mantêm a mesma preocupação de entender que a superação dos problemas das classes populares se dá de forma individual ou em pequenos grupos.

Ainda dentro deste campo, da manutenção da ordem, existem concepções e práticas que se colocam no campo do reformismo. O que caracteriza esse tipo de concepções e de práticas? Se caracteriza pela idéia de que o sistema capitalista precisa ser aperfeiçoado. Então, dentro disso, o discurso se dá muito no sentido de que nós estamos vivendo debaixo de um capitalismo selvagem e, por conseguinte, haveria que constituir um desenvolvimento capitalista mais moderno, mais humanitário. Um capitalismo onde um certo conjunto de direitos sociais deveria ser garantido a amplas parcelas da população, sem com isto questionar as bases estruturais do processo de dominação da sociedade capitalista. Em termos políticos, seria a constituição de uma democracia burguesa. Isso, do ponto de vista das práticas de educação popular, expressa, basicamente, o chamado discurso participativo. Na verdade, em nome desse discurso participativo, se propõe a institucionalização, particularmente junto ao aparelho de Estado, das diferentes formas de organização popular. Ou seja, se propõe que os diferentes grupos, organizações populares, passem a fazer parte constitutiva do próprio Estado através de mecanismos de cooptação, de manipulação, onde então esses grupos populares ajudariam o Estado a gerir a sociedade. Isso implica num processo em que as práticas educativas deixam de ter a sua independência e passam a se incorporar às políticas do Estado, ou seja, se pensa a prática educativa exclusivamente a partir do Estado. A crítica que faço a esse tipo de prática educativa está na incompreensão que se tem do caráter do Estado brasileiro, comprometido com o projeto de manutenção da ordem capitalista. Eu acho que sobre esse conjunto de práticas educativas a gente não precisaria discorrer muito.

Eu queria que a gente analisasse melhor o conjunto de práticas que se colocam no campo da transformação da sociedade, no campo da alteração desta ordem social. Dentro desse campo, como já foi dito por outros companheiros, é necessário a gente precisar o que nós estamos entendendo por transformação da sociedade. Que tipo de concepção nós temos da transformação da sociedade. Isto é

importante na medida em que tem um reflexo direto no tipo de prática educativa que a gente propõe, nos princípios dessa prática e, até mesmo, nas formas de organizar essa prática educativa.

Dentro deste campo existe um certo tipo de concepção que, partindo de uma análise crítica da educação popular, ou dos foruns de organização da resistência popular, na década de 70, acredita que o novo são os movimentos, as formas de organização espontânea da massa. Tudo o mais, as instituições, as diferentes formas de organização, seria o velho. Parece-me que na medida em que se acentua essa contradição, na medida em que se coloca isso como pólos contraditórios, estaremos correndo o risco de estar entendendo a dinâmica do movimento social de uma forma funcionalista. O que significa uma opção por um projeto político que não se define claramente pela necessidade de construção de um poder popular.

Dentro da minha concepção é preciso a gente ter claro que a forma de superar o processo de dominação da sociedade capitalista supõe a transformação revolucionária da sociedade. Por transformação revolucionária da sociedade estou entendendo a construção de um projeto socialista de organização da sociedade, a constituição de um projeto de poder popular.

Dentro dessa concepção de projeto político, o novo vem se formulando em distintas experiências revolucionárias. Particularmente nas experiências revolucionárias da América Latina e da América Central. Nelas, a formulação de uma estratégia de poder popular é uma coisa que se inicia desde já, através de um processo de criação das bases deste poder popular. O processo de criação das bases deste poder popular envolve a constituição, de modo articulado, das diferentes fórmulas de organização popular a partir de certos princípios da democracia. Princípios que permitirão que estas distintas organizações, vinculadas a um projeto de luta pela tomada do poder, criem as bases deste projeto político desde já.

Sendo assim, a formulação de uma estratégia de poder popular não é uma coisa que se inicia no momento da tomada do poder, embora a possibilidade de um projeto de sociedade alternativa requeira a tomada do poder político. Neste sentido, para mim, a constituição deste projeto de poder popular passa, necessariamente, pela articulação, e não pela fragmentação das distintas formas de organização do povo. Organizações de cunho pastoral, de bairros, sindical, partidárias, culturais, enfim, as diferentes formas que o povo encontra para se organizar e para levar à frente os seus interesses históricos de transformação.

Onde é que eu acho que entra a educação popular nisso? A educação popular entra como uma estratégia educativa que permite, inserida nestas diferentes formas, ou nesses diferentes processos organizativos das classes populares, articular uma coerência entre o projeto político que se quer construir e o processo mesmo de constituição desse sujeito político que vai levar à frente esse projeto político.

Por que essas estratégias educativas são importantes para garantir a coerência entre o projeto político, os processos organizativos e as diferentes formas de organização?

Porque na medida em que conseguimos formular uma estratégia educativa que garanta a mais ampla participação das massas estaremos garantindo que o processo de constituição desse sujeito político tenha coerência com os princípios da nova sociedade que nós queremos construir.

Bom, o que que seria o específico do educativo dentro desse processo? Ele se constitui quando, dentro dessas organizações populares, o processo de produção do conhecimento possa, de um lado, resgatar toda a riqueza da pluralidade da prática social que vai se desenvolvendo; e de outro, permita que o conhecimento teórico, historicamente desenvolvido pela organização dos trabalhadores, se funda com a riqueza dessa prática social na direção da constituição desse projeto político.

Além disso, essa estratégia educativa permite garantir um outro elemento que é muito importante dentro do processo educativo, a sua integralidade. Por integralidade entendo as distintas dimensões e os distintos níveis do processo de organização das classes populares. Há o nível das relações econômicas, políticas, ideológicas e culturais. A integralidade supõe a recuperação histórica da experiência de luta popular. A recuperação de distintas formas de cultura. Supõe a relação dialética entre a dimensão do subjetivo, do pessoal e do social. Ou seja, a estratégia educativa formulada permite que essas diferentes formas de organização popular, nas suas plataformas de trabalho, nos seus processos organizativos, nos seus métodos e estilos de trabalho, possam incorporar essa dimensão de integralidade da vida social e da vida humana. Me parece que essa é a contribuição fundamental que a educação popular pode dar.

E o educador popular onde é que entra nisso? No meu modo de ver, o educador popular não se define pela sua origem de classe, mas fundamentalmente pelo seu compromisso de classe, pelo seu compromisso político com esse processo de constituição de uma

nova forma de organização social. Nesse sentido, para mim, o educador popular é todo aquele companheiro que, inserido organicamente numa organização popular, ajuda essa organização popular a formular a sua estratégia educativa.

Dentro desse processo, o educador popular tem que estar inserido, de forma muito orgânica, dentro dessa organização, no sentido de tomar sempre, como ponto de partida, as necessidades, a realidade e o projeto dessa organização. Nela ele deve ajudar as diferentes pessoas a desenvolverem um pensamento crítico com relação às propostas e formas de atuação e estruturação das distintas formas de organização do povo.

Dentro disso, a contribuição fundamental do educador popular é fazer com que se possa ir forjando um povo consciente, que é condição para que o projeto revolucionário das classes populares tenha consistência e possa incorporar toda essa riqueza que existe hoje nos movimentos sociais.

Colocada essa questão mais geral, como é que eu vejo, hoje, o papel da educação popular na conjuntura brasileira?

Me parece que a educação popular tem, como tarefa fundamental, ajudar a consolidar as diferentes formas de organização popular que vão se reconstruindo em nosso país depois de um longo período de ditadura militar, onde elas foram destruídas. Essas múltiplas organizações vão se rearticulando de diferentes formas. Vários movimentos de reivindicação começam a discutir a constituição de uma "Central de Movimentos Populares" que possa articular as distintas formas de organização nos bairros. O movimento sindical combativo, que foi se constituindo ao longo desses anos, hoje tem na CUT a sua expressão mais articulada.

Me parece que o educador popular tem como tarefa fundamental, estando presente nestes diferentes espaços e esferas de articulação do povo, ajudar a consolidação dessas organizações. O que significa ajudar essas organizações a formularem plataformas educativas que permitam que a sua relação, com as amplas massas populares, ainda não organizadas, nestas distintas esferas, possa se dar de um modo dialético.

Quando digo "se dar de modo dialético", eu quero dizer que essas organizações possam captar as reais aspirações e necessidades das massas. Possam transformar isso em bandeiras de luta, em formas de organização, em formas de grupalização que permitam, cada vez mais, que amplos setores da população se incorporem

nessas organizações e encontrem suas aspirações e necessidades refletidas nas propostas e nas formas de trabalho dessas organizações. A tarefa fundamental do educador é se concentrar neste projeto de constituição de um sujeito político que possa levar a uma transformação verdadeiramente estrutural da sociedade brasileira.

A contribuição específica do educador é procurar contribuir para que, a partir de um processo de produção coletiva do conhecimento, se possa ir avançando na construção de organizações populares classistas, amplas, unitárias, democráticas, capazes de levar à frente a grande tarefa de construção do socialismo em nosso país.

Sérgio Haddad: Eu vou tentar colocar algumas questões que têm me preocupado, no sentido de entender o momento conjuntural que estamos passando. E, nele, a questão da educação popular hoje e o papel do educador neste contexto. Vou tentar recuperar algumas idéias que perpassaram a questão da educação popular porque seria importante tê-las aqui como um processo de análise e recuperação do que está acontecendo hoje. Se os anos 70 foram muito importantes com relação à questão da educação popular, eu gostaria de retornar um pouco à década anterior, para tentar lembrar que esse período foi também um período de muito avanço, muita reflexão e muita criatividade no campo da chamada educação popular. A década de 60 foi uma década onde se retratou uma grande preocupação social dentro do pedagógico. Foi nesse momento que acabamos vendo a questão educativa não como questão meramente individual, de promoção individual de pessoas das camadas populares, para entendê-la como um processo condicionado socialmente e que, sem uma real transformação social, a questão educacional não daria conta de resolver o problema (individual) dos grupos populares. Portanto, era necessário se pensar em termos de educação como uma proposta que visasse a transformação social, para que se pudesse resgatar, a partir dessa transformação social, a permanência do popular enquanto processo político mais amplo.

Esse é um momento onde o Estado, ou os organismos do Estado, vão estar muito presentes. Podemos lembrar três instituições — o Estado, através do Ministério da Educação, e a própria presença do Paulo Freire lá; o MEB, uma instituição da Igreja, financiada praticamente 100% pelos recursos do Estado; e a Universidade Pública — como instituições que tiveram uma presença muito significativa nesse momento de recriação do pensamento da educação voltada para os grupos populares. A gente pode perceber que houve um movimento institucional de reencontro desses grupos de intelectuais da camada média com os grupos populares,

tentando, através de uma prática educativa, a conscientização, ainda muito de caráter idealista, a organização e a mobilização de tais grupos.

Se antes a novidade era a reflexão social sobre a educacional, a partir da década de 70 eu diria que a novidade foi a reflexão política sobre a social, quer dizer, a politização do social num período onde o fechamento político das estruturas do Estado, e das estruturas das organizações populares, foi significativo. As principais lideranças foram cassadas, foram desarticuladas as organizações dos grupos populares, o movimento estudantil, os partidos políticos; houve uma restrição violenta a qualquer possibilidade de participação popular e de organização numa perspectiva de repensar a estrutura social mais ampla.

É nesse momento — e é aí que eu vejo que seria interessante a gente refletir — que a prática da educação popular ganha uma nova perspectiva política, um pensamento novo.

Na verdade, se a gestação dessa proposta da educação popular, na década de 70, estava dentro de alguns paradigmas, de alguns modelos de proposta de transformação social, ela estava condicionada à estrutura e ao momento político que estávamos vivenciando.

Então, eu diria que esta reconstrução da educação popular, como um momento de resistência, estava muito ligado à questão da reconstrução do próprio tecido social que foi desarticulado pelo golpe de 1964. E essa reconstrução vai se dar através de alguns laços mais próximos de parentesco, de bairro, de vizinhança, num movimento para criar um espaço de participação dos que estavam excluídos do sistema. Foi mais um momento de resistência e de encontro entre as pessoas, de abertura para um diálogo, de abertura para a participação.

Duas questões me parecem centrais nesse momento: a da autonomia e a da democracia. A questão da democracia enquanto um processo de participação direta, onde todas as pessoas deveriam participar, deveriam se posicionar. Onde a produção do conhecimento, gerado dentro dessa prática educativa, era consequência de uma produção coletiva, em que todos deveriam ter vez e voz.

A questão da autonomia é a idéia do fazer pelo próprio grupo, independente das organizações, numa perspectiva de luta e de construção de uma educação/ação que pudesse estar voltada para os interesses dos trabalhadores e dos grupos populares.

Esta pequena organização de base vai se incorporar a outros pequenos grupos para, num processo posterior de luta, de organização, de mobilização, estar vinculada a uma luta mais ampla a favor dos direitos humanos, contra a violência que se expressava neste momento. Com o passar do tempo, esse pequeno núcleo, com esta forma de se expressar, com esta perspectiva democrática e com essa perspectiva de participação global, vai buscar uma unidade mais ampla. Como foi o caso com o “movimento do custo de vida”, por exemplo, onde o pequeno núcleo vai se reagrupar numa organização maior. O sentido deste reagrupamento é dar respostas coletivas ao Estado autoritário, que vinha impondo uma negação a qualquer forma de participação. Temos, então, respostas de grupos ainda bastante heterogêneos como, por exemplo, no caso da missa do Vladimir Herzog, que acaba aglutinando desde a OAB até movimentos populares. O que significou a presença de uma frente mais ampla contra um estado de coisas, quase que um grito, no sentido de dar um basta à violência por parte do Estado.

Em 78 surgem as primeiras greves com um recorte próprio. As categorias começam a ter greves com reivindicações específicas. O movimento deixa de ser um movimento global de luta e de resistência e passa a ser mais particularizado. Os partidos começam a se organizar. Os movimentos sindicais começam a se colocar e o Estado começa a passar por um processo chamado de democratização e de transição.

A educação popular começa a sofrer os impasses e as dificuldades que este momento político vai trazer. O discurso e a prática da educação popular começam a ter que se particularizar e se qualificar. Essa é a primeira questão mais geral referida à organização, à mobilização e à conscientização do povo, visando construir um poder popular para transformar a sociedade. O discurso genérico começa a ter que dar respostas às questões mais particulares: a questão sindical, a questão do movimento, a questão da organização.

Já a organização no bairro é mais complexa. Tem que dar resposta a questões mais específicas, onde o poder do Estado começa a ter maior influência, não só pela cooptação, mas também pelo atendimento a determinadas lutas. Disto surge a necessidade de qualificar o discurso e de dar respostas mais criativas a esse momento político onde a presença do Estado é maior junto aos grupos populares.

Podemos verificar ainda um trânsito significativo de quadros saindo do trabalho que se fazia anteriormente, dentro dos movimentos sociais urbanos, para organizações consideradas “privile-

giadas" — partidos e sindicatos — no processo de transformação social. Com isto há uma desarticulação no trabalho junto aos movimentos sociais.

Além disso há toda uma reflexão sociológica que começa a repensar o papel desses movimentos sociais. Como a educação popular estava a serviço desses movimentos, também ela passa a ser repensada como um elemento de ponta, num processo de participação política mais global, visando a transformação social. Seria realmente uma nova força política que estava surgindo? Uma força que deveria atuar num processo de participação, de vinculação, junto aos movimentos mais globais, independente das organizações de classe?

A questão que, no meu modo de ver, se destaca, é como levar para o âmbito nacional a questão popular. Como sair do pequeno modelo que a educação popular tinha na década de 70, onde cabia a democracia direta, a autonomia, e a relação mais global, vamos dizer, e partir para o restrito do político partidário, do político institucional? Como colocar a questão, por exemplo, de uma política de massa, da construção de um partido que deveria atender a uma necessidade de massa, gestada a partir de uma perspectiva de concepção mais celular, mais organizada no pequeno? Como construir isto de modo que as preocupações em relação ao popular pudessem estar de fato atendidas num espaço mais global? Como dar respostas partidárias onde a questão do popular pudesse estar presente, dentro de toda burocracia que o Estado impõe, dentro de toda presença desse Estado forte?

A educação popular está emperrada porque não aceita nem os modelos anteriores, como o Pedro colocou, nem a reflexão que se gestou na década de 70. Tivemos um período de transição, onde o velho modelo se recolocou: o PMDB veio para dar uma resposta aos interesses populares, descolado desses interesses, e não conseguiu gestar um mínimo de alternativas para que a questão popular pudesse ser levada a nível nacional. Nós estamos numa ressaca política de caráter significativo. No meu modo de ver, as organizações de caráter mais orgânico vão receber uma avalanche de insatisfações, que o geral menos consciente do popular vai trazer. E nós não temos respostas a dar a essa insatisfação generalizada, que no meu modo de ver vai ser canalizada, aliás, já está sendo canalizada, à CUT, vai ser canalizada ao PT e, inclusive, no desespero, a uma retomada da direita.

A questão dos interesses populares não conseguiu se colocar durante esse período, não conseguiu se colocar em termos nacionais para a sociedade como um todo. A minha preocupação com essa

questão nacional é como articular, como gestar uma nova cultura social onde a questão dos interesses populares possa estar sendo recolocada para a sociedade como um todo, a partir dessa articulação que o trabalho de educação popular possa realizar com o pequeno núcleo.

Jorge Muñoz: Bom, vocês focalizaram duas décadas, 60 e 70, e foi feito um histórico de todo esse tempo até agora, com o intuito de entender o momento presente. Eu gostaria de colocar uma ênfase muito maior no presente, uma vez que foram feitas observações, considerações, sobre outro momento do processo. Visando essa ênfase no momento presente, eu pegaria uma carona naquele aspecto de crise que colocou o Pedro e diria que eu vejo do mesmo modo, ou seja, uma crise muito ampla, não só nacional, mas internacional. Porém, focalizando muito mais o nosso país, vejo que é tão ampla como profunda, ou seja, abrange valores, atinge instituições, formas de organização, formas de representação, o próprio problema da representatividade, atinge seriamente os mais diversos tipos de relações sociais, etc. De fato, a gente está diante de um momento de crise. Mas esse momento, pensando a nível dos movimentos populares, é também um momento esperançoso. Quando você dá uma olhada e vê a diversidade de grupos populares, de movimentos que trazem, por exemplo, toda uma presença do mundo rural, comunidades, sindicatos rurais, etc. Movimentos urbanos, associações de moradores, favelas. Movimentos que abrangem os mais diversos grupos. De repente você tem grupos de prostitutas, homossexuais, negros, etc. Você dá uma olhada assim e percebe uma riqueza de presença, de procura de espaço, que acho muito significativo. Então, digamos, pensando a educação popular no meio desse momento de hoje, que se de uma parte manifesta todo um aspecto de crise, de outra parte nota-se — eu, pelo menos, vejo assim — o florescimento e o aparecimento de uma busca permanente de espaço por parte das camadas populares, nos mais diversos níveis.

Quando penso na educação popular hoje, eu vejo isso como um elemento muito positivo, como um elemento muito significativo. Significativo por quê? Pelo seguinte: tenho a impressão de que as práticas de educação popular, a própria educação popular, hoje, está com um desafio concentrado em algumas questões, entre as que destaco duas: repensar o conceito de realidade e repensar o político.

Quando digo "repensar o conceito de realidade", quero dizer o seguinte: acho que todos esses movimentos estão, de alguma maneira, significando que a educação popular precisa passar a lidar com

a vida do homem como um todo. Eu acho que com muita frequência se enfatizou de maneira unilateral, e ainda se enfatiza — conforme dá para perceber em muitos trabalhos de base — um aspecto dos processos populares, o aspecto que alguém chamou aqui de “aspecto de luta”, ou seja, o chamado “aspecto político”. Digo entre aspas porque eu acho que o político se define de outra maneira. Hoje em dia você vai notar que muitos movimentos estão apontando para outros aspectos que não deixam, no meu entender, de entranhar o político: pode ser a relação afetiva, podem ser as relações culturais, ou a superação das discriminações mais diversas, etc. Então aí você vê, no meu entender, que o conceito de realidade, que referenciava muito frequentemente certa proposta de educação popular em termos de transformação, em que a ênfase dos trabalhos se colocava “nesse político”, hoje em dia o próprio processo se encarrega de reformulá-lo, revelando nele uma gama muito mais rica de dimensões. A realidade precisa ser repensada e retrabalhada exatamente a partir de todas essas experiências que vão aparecendo. Então, dentro dessa linha de pensamento, você tem, por exemplo, o trabalho com o “sofredor de rua” que, de repente, você poderia dizer, dentro de um certo esquema de pensamento: não tem nenhum peso político! O que seria um lamentável engano. Idêntica observação poderia ser feita diante de diversas experiências hoje em dia. Bom, esse é um grande desafio: repensar o conceito de realidade com o qual a gente lida repensando as próprias referências teóricas em que ele se apóia. E aí entra todo o problema da cultura que colocava o Sérgio e que em outra conversa nossa eu destaquei. A gente privilegiou um “certo político” a que foi reduzida a complexidade da vida das pessoas e dos grupos. Dificilmente nos colocamos, por exemplo, questões culturais. Dificilmente a antropologia foi uma referência de reflexão e análise dos trabalhos de base.

Outro desafio é o de repensar o conceito do político. Eu acho que esse conceito ficou muito restrito. E aí entra todo o problema do poder. É que de tal maneira se identificou o político com certas instituições e práticas, que o resto eram espaços ou atividades simplesmente sociais, econômicas, religiosas ou culturais.

Não se percebe o poder presente em toda a sociedade, em tudo o que a gente vive e faz: no social, no econômico. O problema do poder perpassa permanentemente toda e qualquer atividade e, fundamentalmente, perpassa o “como” das mais diversas práticas. Perpassa “o pedagógico”, ou seja, perpassa o “como” dos trabalhos de educação popular. Então, esse é outro desafio: o de repensar o político. Esse repensar o político vai dar uma visão bem mais rica e mais real aos diversos tipos de trabalho que estão sendo desen-

volvidos em termos de educação popular. E aí eu gostaria de esclarecer, também, como vários de vocês fizeram, como que eu vejo a educação popular, como a entendo e, de certo modo, a defino. Eu acho, como o Pedro Pontual, que o simples fato de lidar com os segmentos populares não equivale a fazer educação popular, embora a presença desses segmentos seja fundamental. Acho, também, que mais um elemento é fundamental quando se fala em educação popular: a perspectiva de transformação substancial e radical da sociedade, fundamentalmente das suas relações. Ainda haveria um terceiro elemento para a gente pensar a educação popular, um elemento que foi destacado aqui, que é o elemento da reflexão sobre a vida, sobre a prática cotidiana desses segmentos populares, nessa perspectiva de transformação da sociedade. Dificilmente se pode falar em educação popular se a gente não percebe que se trata de uma prática que vai ter seu núcleo fundamental no saber, no conhecimento, no pensamento em cima da vida cotidiana e em cima das mais diversas relações que a vida cotidiana individual e/ou coletiva entranham. Então, quando eu falo de educação popular, estou pensando nesses termos.

E é exatamente aí que vai se colocar também, me parece, a pergunta sobre o agente ou o educador. Qual o seu papel? Eu acho que o papel do educador — se a gente considera que a educação popular é esse processo de busca através de uma reflexão do que se faz diariamente, das relações tanto individuais quanto coletivas — é participar do processo de elaboração de um saber. Eu vejo a presença do educador como um participante desse processo, trazendo sua contribuição, não para vender uma mercadoria, digamos, um saber já definido, categorias já feitas, etc., mas para participar deste processo de criação de um saber, de um modo de pensar, de um posicionamento na vida, que é novo mesmo, em função de uma outra sociedade. Uma sociedade para a qual não existem modelos, paradigmas, etc. Eu vejo assim. Agora não podemos negar, e a nossa prática diária o revela, que o educador, na sua relação com o grupo popular, dispõe de certo poder. Habitualmente esse poder lhe advém, digamos, da instituição que representa, que lhe permite abrir um dado espaço. Também do saber que ele representa. As origens desse poder, que ele detém, podem ser diversas, mas ele habitualmente dispõe de um poder. Então, eu acho que o grande desafio, nessa relação, é como vai ser equacionado esse poder. E não só com respeito ao agente, mas também dentro do próprio grupo popular, como que vai ser equacionado o poder que permeia todas as relações. Como que o educador, nesse processo, vai se posicionar? Acho que ele é um participante na elaboração desse saber, um saber que deve ser recriado, etc. Agora, vai depender do grupo, vai depender do agente, vai depender de muita coisa para poder-

detém um poder sobre o seu grupo e mantém esta relação até o final.

Em resumo, a educação popular torna-se um dos canais para se chegar até o povo e ampliar as questões que já estavam sendo discutidas em outros ambientes.

Levando nossa análise até o momento de hoje percebo que temos ainda gente vivendo como nos anos 60. Existem também aqueles que estão em situações muito parecidas com as da década passada. Observo, por outro lado, que nasce e ganha força uma nova prática educativa que se caracteriza pela busca, dentro de um processo de transformação da sociedade, a partir da ótica popular.

É a busca da transformação revolucionária da sociedade onde ganha destaque a preocupação com a recriação de novas relações de poder, no caso, das relações entre educando e educador. Uma busca, inclusive, de novas formas de educação popular que não se restrinjam àquelas que já são mais tradicionais. E o encarar a educação popular como uma dimensão política das lutas populares.

De fato, o momento em que vivemos é novo, é desafiante. Esta situação leva os grupos que trabalham com educação popular a buscar e criar novas formas de ação, e isto é altamente positivo.

Entre as muitas questões que se colocam, uma das mais sérias, na minha opinião, é a questão relativa à produção do conhecimento. Quando você pensa em educação, você está pensando em um trabalho ligado à área do conhecimento, à própria área do saber. Todas as experiências que os educadores tiveram, ligadas ao conhecimento, foram experiências moldadas em um esquema autoritário. A quebra deste esquema, deste modelo, que é o próprio modelo da sociedade em que vivemos, não é fácil.

Este modelo está presente na família dos educadores, nas escolas que o educador frequentou, nas instituições às quais ele está ligado. Quebrar este modelo é uma das coisas que considero mais difícil. Afinal de contas, toda a nossa vivência se deu neste sentido autoritário: como inverter este sinal agora?

Outra questão que me parece bastante pertinente está ligada à formação do educador. Como formar um educador cuja grande matriz de experiência está ligada apenas a práticas comunitárias? Falta-lhe uma visão metodológica, pedagógica. E, no entanto, deverá atuar como educador. Na verdade, grande parte desta formação vai se dar na ação. E é inegável que, na maioria das vezes, esta

formação é bastante precária. Como poderemos ter educadores competentes nestas circunstâncias?

Esta situação é agravada quando se leva em consideração o fato de que o educador popular atual exerce esta função de forma bastante transitória. O educador, na maioria das vezes, permanece um determinado tempo no trabalho educativo e depois sai, chamado a atuar em outra atividade. A rotatividade nos trabalhos de educação popular é muito grande. Talvez seja por isso que metodologicamente a educação popular tenha caminhado tão pouco.

PARTE 2

Colocações adicionais à primeira rodada das intervenções

Pedro Garcia: Uma coisa que me parece importante, neste repensar o político, é a concepção de Estado. O Estado é visto, em geral, como uma entidade abstrata, separada do social, quando, na realidade, o Estado é socialmente criado. Nós também construímos este Estado que aí está. Este Estado é resultante de uma articulação de toda a sociedade brasileira. Muitas vezes se pensa o Estado autoritário, militar, que se instaurou em 64, como deslocado da sociedade, e não como uma construção desta mesma sociedade. Isto não significa que todos, de forma homogênea, tenham criado este Estado de acordo com seus interesses. A formação de qualquer Estado sempre se dá contrariando interesses, inclusive os da maioria, que nem sempre detém maior parcela de poder. Mas não se pode esquecer que, mesmo esta maioria, muitas vezes, é cúmplice deste Estado. Quantas vezes, andando de ônibus, ouço observações saudosistas do período ditatorial... No interior do próprio trabalho de educação popular podemos perceber, em certos momentos, por parte de algumas pessoas, uma manifestação de nostalgia da auto-riedade. Este é um problema bem mais complexo do que aparenta. Em geral, ao analisá-lo, caímos num esquematismo fácil e maniqueísta.

Uma outra questão, que me parece importante, é a da relação entre o indivíduo e o coletivo. Muitas vezes se propôs o coletivo como esmagamento do indivíduo. Em nome do individualismo se esmagava o indivíduo. Creio que hoje isto já não ocorre da mesma forma. Aparentemente o indivíduo está se liberando. Em alguns movimentos de educação popular o indivíduo é visto como criador

do coletivo, sendo o coletivo pensado como participação criativa de vários indivíduos que, mutuamente, se recriam. Neste caso, a criação do coletivo não é posta como uma união acima de qualquer diferença. Isto me parece fundamental quando se coloca o repensar o político.

Outro ponto, nem sempre levado em consideração, é a liberação do imaginário. Não só o imaginário dos intelectuais de ofício, mas da população como um todo, que tem um riquíssimo imaginário que encontra pouco espaço de expansão. Algo que fica explícito no carnaval, festa institucionalizada, onde "tudo é permitido", mas que por ser institucionalizada fica neutralizada enquanto espaço de recriação do social.

Finalizando minha intervenção gostaria de esclarecer como penso a fragmentação e a articulação do movimento popular. Minha crítica à articulação é a que já vem pronta e que, estando pronta e acabada, todos "devem" aderir. Quando penso na articulação, tal como ela é concebida hoje em dia, percebo que ela já vem de um grupo que tem um ponto de chegada que a determina a priori. Então se monta uma estratégia de cooptação de todos os grupos, de todos os movimentos populares, em função de uma diretriz única.

Por outro lado, quando falo em fragmentação, penso na possibilidade dos vários grupos de poder na sociedade, direcionados numa transformação social que atenda aos interesses da maioria. A própria dinâmica do movimento social faz com que grupos, com interesses comuns, se associem em torno destes interesses. Na área da educação popular há vários exemplos deste tipo de articulação. Penso que a articulação desses múltiplos grupos pode se constituir numa bola de neve aglutinada em termos da mudança social. Maio de 68, na França, se deu nesta direção. "A imaginação do poder" ficou como símbolo do que ocorreu naquele momento.

Em síntese, quando critico a articulação é essa articulação que está posta aí, de cima para baixo, já pronta, onde o que vai ser articulado não parte de um movimento das bases, mas já está dado de cima.

Se poderia perguntar, mas qual a diferença? A diferença, a meu ver, é que a articulação por cima vai reforçar as lideranças que a propõem, enquanto que a articulação como necessidade e desejo das bases vai reforçar o conjunto do movimento. É claro que as coisas não são tão dicotômicas e esquemáticas, mas como tendências apontam para projetos políticos diferenciados.

Por outro lado, como já mencionei anteriormente, acho que o poder da educação popular deve se explicitar na diferença e na multiplicidade. Há várias formas de se conceber o poder e nem todas convergem para a unidade.

Hamilton Faria: Nesta minha segunda intervenção, complementar da primeira, eu gostaria de retomar algumas idéias que podem até parecer repetitivas. É justamente essa questão da dimensão política.

Estamos vivendo um momento de politização do social, a sociedade se politizou rapidamente. No entanto, essa politização nem sempre reflete a perspectiva dos setores populares. Há uma grande defasagem. Na atual transição política o campo foi definido pelas elites do Estado, pelo poder que, pressionado, toma a iniciativa de se transformar. Então o educador tem que pensar com o sinal contrário. Como estas questões estão sendo colocadas pelos setores populares? “Agora temos que pensar em formar partidos políticos, agora é a Constituinte etc.”. Temos que ver o que os movimentos sociais estão dizendo dessas formas de política e dessas novas formas de organização da sociedade. Elas são realmente novas? Qual o significado delas para os movimentos sociais e para o conjunto dos setores populares?

A amplitude do político defendida pelo Jorge tem que ser repensada. Um exemplo disso é a greve geral, a dificuldade que os trabalhadores tiveram de levar esta proposta. Então temos que fazer outra leitura. Por que houve uma negativa a esse tipo de proposta? O que está acontecendo, que dinâmica política está existindo nestes setores? Por que a proposta não está sendo entendida? Acho que o educador tem que abrir os olhos para isso.

Uma outra questão complementar, que eu gostaria de apontar, é que não basta que o poder seja exercido pelas camadas populares. Para mim o educador tem que perguntar qual o caráter deste poder. Qual a relação real que existe deste poder com aqueles que legitimam este poder. As construções históricas estão aí para demonstrar que os setores populares entram, muitas vezes, como força determinante de uma transformação revolucionária e, num segundo momento, são afastados da História. E quem dá as diretrizes é um punhado de dirigentes. O caráter desse poder precisa ser percebido para os trabalhadores entenderem o tipo de transformação que está ocorrendo. Eu citei o sindicato e a reprodução do autoritarismo e da hierarquia na estrutura sindical. Mas não é só no sindicato. O mesmo ocorre nos partidos políticos, na Igreja, etc.

Temos que estar a todo momento atentos para a questão do opressor dentro do oprimido, para que as práticas populares, sindicais, políticas não façam essa divisão básica do sistema — os que mandam, decidem, pensam e os que executam o que os outros pensam e decidem. Muitas vezes o processo educativo é medido pela capacidade das bases executarem as propostas políticas hegemônicas. Eu pergunto: se a greve geral fosse vitoriosa, isto em si demonstraria um processo educativo vitorioso?

Temos também que abrir os olhos para outras práticas constitutivas da vida das camadas populares, pensar o ser como uma totalidade: a sua identidade racial, sexual, religiosa, artística, a emoção, a intuição, a sensibilidade etc., tudo que dá essa visão de totalidade do ser humano em que a política e a educação devem contribuir como elemento integrador. As manifestações culturais, muitas vezes, têm sido usadas nos movimentos para chamar os trabalhadores para determinados projetos políticos. Eu acho que a vida cultural tem uma valoração em si e não como instrumento para chamar o povo à consciência de que deve participar dos movimentos de massa.

Só para fechar minha fala eu gostaria de citar a experiência que estamos tendo na entidade da qual faço parte. Estamos desenvolvendo um projeto de “Comunicação e Expressão Oral para Trabalhadores”. É uma experiência nova que procura valorizar a cultura do trabalhador, a sua originalidade, a sua vida em grupo, a sua individualidade, o seu discurso, a descoberta do seu corpo, a sua criatividade etc. Para nós as possibilidades de ampliar o horizonte da “Comunicação e Expressão” passam pela descoberta do corpo do trabalhador. Eu entendo que o corpo é um elemento importante para se pensar essa totalidade que estamos falando e, também, para ampliar o entendimento do político.

Pedro Pontual: A minha fala neste momento talvez seja mais para organizar e precisar melhor aquilo que eu considero, hoje, alguns dos desafios centrais colocados para a educação popular nessa conjuntura. Então eu procuraria sintetizar estes desafios, basicamente, em cinco grandes questões.

A primeira, é como a educação popular pode ajudar os diferentes processos e formas de organização na formulação de estratégias educativas que permitam incorporar amplos setores da população ainda não organizados. Ou seja, como articular melhor o trabalho de base e o trabalho de massas. Me parece que este é um desafio bastante central. Eu diria que existem dois fatos políticos recentes

que são bastante preocupantes neste sentido: um deles foi a greve geral convocada para agosto, e o outro foram os resultados eleitorais de 15 de novembro. A gente vê que, mesmo diante de uma situação objetiva bastante grave para as massas populares, a expressão política do voto não correspondeu a essa situação. Isso me faz perguntar se, enquanto educadores populares, nós não estaríamos correndo o risco de estarmos falando "para nós mesmos". Se não seria o caso de revermos criticamente todas as nossas estratégias. Seja na formulação de bandeiras de luta, seja nas formas organizativas, seja nos projetos educativos e nos projetos comunicativos das distintas organizações populares.

O segundo grande desafio, para mim, se coloca no seguinte sentido: como a educação popular pode ajudar as organizações populares a compreenderem os processos organizativos e educativos na perspectiva da integralidade. Incorporando as várias dimensões das relações sociais: a econômica, a política, a ideológica cultural. E dentro dessa ideológica cultural, os elementos da religiosidade popular, as distintas formas de relações da vida cotidiana da população. Eu acho que em termos de educação popular nós, durante muito tempo, privilegiamos a dimensão da luta econômica. Talvez porque esse era o problema mais urgente, mais candente. No entanto, isso abre um espaço muito vulnerável na medida em que, particularmente no campo ideológico-cultural, as massas populares poderão estar bastante vulneráveis à penetração de propostas filosóficas, e até de formas de organização, propostas pela direita.

Então eu acho que a gente tem que repensar essa dimensão da integralidade. E, dentro disso, a relação dialética entre o individual e o coletivo.

Ainda dentro desse desafio, como ajudar as organizações populares a entender o processo de criação e de recriação do conhecimento dentro de uma perspectiva dialética? E aqui eu queria ressaltar dois componentes dessa perspectiva dialética. Primeiro o de entender o processo de produção do conhecimento como um processo coletivo de produção do conhecimento. Segundo, a questão de reequacionar, no processo de reflexão, a relação teoria e prática de modo dialético. Entendendo prática como prática social e não como prática imediata. Porque eu acho que esse foi um dos desvios bastante sérios no nosso trabalho de educação popular, confundir prática com prática imediata. Então, feito este esclarecimento, entendo a prática social como a fonte primeira do processo de produção do conhecimento que, fundida com a teoria, gera um novo conhecimento que realimenta essa prática.

O terceiro grande desafio se coloca no sentido de como ajudar as organizações populares a planejar e avaliar criticamente o seu trabalho. Sobretudo os seus métodos de trabalho e estilos de condução. Tendo como perspectiva garantir uma coerência entre estes métodos e estilos e os princípios da democracia, do pluralismo e da ampla participação na relação entre dirigentes e base e entre as organizações e as massas.

Hoje a gente vive um momento em que, nas distintas organizações dos trabalhadores, há uma riqueza bastante grande de programas políticos, de projetos políticos, de formulações políticas. A nossa grande debilidade reside na implementação prática disso. Essa debilidade tem muito a ver com métodos de trabalho, estilos de condução, que não estão guardando coerência com esse projeto político, e que, muitas vezes, emperram a viabilização de propostas políticas que nós temos sim, e que são boas.

O quarto grande desafio é como ajudar os grupos populares a equacionar, de modo dialético, a relação entre as diferentes esferas e as formas organizativas das classes populares. A esfera religiosa, que tem a sua expressão nas comunidades eclesiais de base e na pastoral popular. A esfera do movimento sindical, a esfera dos movimentos de bairro, a esfera dos movimentos específicos e a esfera da organização partidária. E aí quando eu digo "equacionar isto de modo dialético", seria compreender a especificidade de cada uma dessas formas e a sua articulação.

O quinto desafio se refere à capacitação dos educadores populares. Como, dentro deste conjunto de questões, capacitar os educadores populares no sentido de que suas práticas e suas propostas correspondam de fato às necessidades das organizações populares a que ele está vinculado. De tal forma que ele possa dar uma contribuição orgânica, qualitativa e especializada para o avanço dessas organizações.

Isso aí me parece bastante importante na medida em que a complexidade dos desafios que estão colocados, hoje, para as diferentes organizações populares, é tão grande, que o educador popular não pode mais ficar no discurso ou na formação generalizada. Ele tem que ter uma contribuição específica, uma contribuição de qualidade, e para isso ele precisa se capacitar. Não entendo o específico e o qualitativo no sentido de seccionamento do todo. É uma determinada forma de contribuição que, guardando a perspectiva do todo, possa incidir de modo bastante concreto no avanço dessas organizações.

Sérgio Haddad: Eu queria completar um pouco as coisas que eu disse anteriormente. Tentando retomar os desafios que nós temos hoje, me parece que os anos 70 privilegiaram um lado novo no trabalho de educação popular. A valorização do diverso, do criativo, da totalidade cultural do oprimido, do político em todos os espaços do social, de democracia direta, da autonomia. Hoje, como desafio para o educador popular, a questão que se coloca é como retomar esses valores identificados no espaço da educação popular na década de 70. No sentido de que são uma estratégia na construção de um poder popular. Valorizando o espaço global do conhecimento dos grupos populares nos mecanismos de construção da questão democrática nacional. Em que medida, valorizando o poder popular, fortificando o poder popular, se está colocando as questões de caráter popular junto às questões mais amplas nacionais? Como valorizar o frágil, o inorgânico, o desorganizado? Como valorizar quem não tem voz política? Isso em uma conjuntura que fortaleceu e deu organicidade a um outro lado, que é muito mais forte. Um lado que está imerso organicamente no modo de produção capitalista internacional. Que tem interesses internacionais, meios de comunicação absolutamente controlados, e uma presença do Estado extremamente forte e cooptadora desde a década de 30. Que tem um Exército extremamente conservador e forte, que é certamente o maior da América Latina.

Como enfrentar o desafio de colocar essas questões novas, postas na década de 70, sobre a diversidade, a autonomia, a democracia, etc., neste espaço conjuntural mais amplo?

O modelo da ocupação do Estado tem servido mais para o isolamento dos grupos progressistas no Estado do que para possibilitar que estes grupos imponham os interesses dos grupos populares. Por outro lado, a construção de uma sociedade civil forte, a partir dos trabalhos de educação popular, como uma alternativa para construção de um poder popular, apenas a partir da individualidade, ou da unidade desses pequenos grupos que se organizam, não tem dado uma resposta positiva no sentido de que esses interesses pudessem estar representados em nível mais geral. Quando eu me refiro a interesses mais gerais, estou me referindo a que os interesses populares possam estar culturalmente colocados para a maioria da população. No sentido de se construir um espaço efetivamente democrático. Espaço onde estes interesses estejam sendo colocados e realizados com uma dinâmica própria e que, no limite, o socialismo tenha o seu espaço de reflexão.

Neste sentido, a questão que eu coloco é a seguinte: não só a forma como a educação popular tem sido colocada no seu aspecto

de estratégia, mas também em relação aos seus próprios meios, me parece que ela não tem dado conta de dar uma resposta à altura. Isto nos coloca a questão da modernização do trabalho em educação popular. Modernização no sentido de que existem instrumentos que cada vez mais você tem necessidade de se utilizar: a informática, a questão visual, a questão da capacidade de se desenvolver técnicas que possam dar conta de respostas à altura de trabalhos onde os interesses dos grupos populares estão sendo postos.

Essa é uma questão que está sendo colocada para as entidades de apoio. Nós temos que pensar isto não só em termos nacionais, mas em termos de articulação internacional. Em termos da gente poder não só levar a questão dos interesses populares internamente. Mas também numa articulação mais global que pudesse dar conta de discutir os nossos interesses. Inclusive junto aos países centrais que, de certa maneira, têm imposto praticamente toda essa estrutura de dominação internamente.

PARTE 3

Livre debate sobre as questões abordadas nas duas partes anteriores

Pedro Garcia: Quando eu me interrogo acerca dos partidos, dos sindicatos, destas instituições clássicas, historicamente consagradas, a primeira pergunta que me vem à cabeça é quem detém o poder: se é o partido sobre os trabalhadores ou os trabalhadores sobre o partido. E a constatação mais imediata, embora essas coisas não sejam unilaterais, nem definitivas, nem cristalizadas, é que os partidos é que dão as diretrizes aos trabalhadores. Acho que o fracasso desta última greve geral está associada a esta instância de poder nas mãos de algumas lideranças. É a partir desta constatação que eu enfatizo o poder do indivíduo no contexto do coletivo. Bem como a questão da democracia direta como condição de transformação social e política.

Há uma tendência das pessoas se entrincheirarem atrás de biombos, que pode ser o partido, o sindicato, uma ideologia, uma teoria pronta e acabada, e não conseguem agarrar as coisas que estão ao seu alcance, ao alcance da sua intervenção direta.

Pedro Pontual: Eu queria falar a partir da colocação do Pedro Garcia. Penso que a crítica que a gente possa ter às formas tradicionais, e muitas vezes fechadas, verticalistas, de algumas dessas organizações dos trabalhadores, dos sindicatos, dos partidos, das associações de moradores, não nos devem conduzir a uma negação a estas formas de organização, a não reconhecê-las enquanto componentes fundamentais do sujeito político que se busca construir. Por

quê? Porque na medida em que se reconhece que é necessário uma transformação revolucionária da sociedade, que passa pela construção de um novo poder, de um poder popular, a gente precisa de instrumentos próprios para levar à frente essa luta.

A questão que se coloca é como esses instrumentos de organização popular podem captar e articular toda a riqueza, toda a diversidade que se vai constituindo no movimento social, e articular isso dialeticamente com esses seus instrumentos de representação. Nesse sentido eu não faria um seccionamento entre o movimento e as instituições representativas.

Eu acho que o nosso grande desafio é como articular práticas de participação, de democracia, de pluralismo que se constituem nesse novo, que vai se forjando no movimento social, dentro das organizações populares e de trabalhadores: comunidades, sindicatos, associações e partidos.

Acho que nós já temos, na realidade brasileira, algumas experiências apontando nesse sentido. É por isso que eu também tenho uma visão muito positiva desse momento de crise. A gente tem, por exemplo, uma central sindical, como a CUT, que procura romper, em diferentes níveis — seja através das formas organizativas que propõe, seja pela sua proposta de ação sindical — toda uma estrutura sindical fascista, verticalista, procurando criar um sindicalismo classista, democrático, autônomo e de massas.

A gente tem, no plano partidário, o Partido dos Trabalhadores. Uma experiência muito singular, inclusive em termos de América Latina. Um partido que se constituiu a partir da luta social, dos movimentos sindicais e populares que se reorganizam no final da década de 70. Um partido que tem, como característica, ser democrático, de massas e socialista. Que tem uma forma de organização onde os núcleos de base são o elemento fundamental da sua democracia interna. Um partido que está formulando seu projeto político, que não está acabado.

Muitas vezes se cobra do PT não ter uma definição clara da sua proposta de socialismo. Eu acho que é exatamente nisso que reside a riqueza de um projeto político que está se constituindo num processo amplo de discussão.

Pessoalmente vejo sinais claros de busca do novo. É claro que esse novo sempre convive ainda com o velho. Essa é a dialética. Mas acho que é preciso a gente afirmar esse novo que vai se constituindo.

Em educação popular, em termos de América Latina, temos as experiências revolucionárias que se dão na América Central. Na experiência mais recente, na Nicarágua, temos a constituição de uma vanguarda política que está conseguindo captar a riqueza da democracia, da ampla participação das massas. A Frente Sandinista teve, no processo de luta revolucionária, e hoje, no poder, na consulta às massas, e na criação de formas permanentes de participação popular, a sua estratégia fundamental na Revolução. Foi e é uma vanguarda que soube, dentro do campo do marxismo, incorporar, atualizar e enriquecer os elementos históricos na realidade da Nicarágua: o sandinismo com as formas culturais do povo. Isso me parece uma coisa bastante importante.

Muitas vezes se confunde, nas críticas ao autoritarismo, os vários tipos de **ismos**, como se isso nos devesse levar para fora do campo do marxismo. Me parece que é preciso recuperar um elemento fundamental do marxismo, que é a importância da "análise concreta, das condições concretas" como o seu elemento central. E aí enriquecê-lo e atualizá-lo, incorporando novas dimensões.

Hamilton Faria: Existe um certo mito em relação ao uno: sindicato único, central única, partido único. Diferentemente dos movimentos sociais, em que a riqueza advém da diversidade.

Eu acho que isso tem muito a ver com as experiências históricas: a visão unicista não deu conta da realidade. Essas formas de representação já não conseguem dar um sentido de totalidade para se confrontar com os setores dominantes, como ocorreu até o início do século. Elas também não são capazes de reinventar uma coisa da qual estamos carentes, a construção de uma utopia.

A minha pergunta é se essa fragmentação de espaços, esse estilhaçamento do uno, não possibilita um reconhecimento maior da identidade.

É de se perguntar se estas formas de representação unicistas estão dando conta da complexidade da sociedade de hoje. Existem países onde o movimento funciona com várias centrais sindicais, vários sindicatos por categoria, ou vários partidos dentro do mesmo campo de preocupações. Admitir esta pluralidade é reconhecer que não existe um só portador da verdade. Como se toda a verdade, do ponto de vista da articulação política, devesse estar dentro de um determinado partido. Ou toda a verdade, do ponto de vista do sindicalismo, estivesse dentro de uma central.

Eu não garanto que a CUT não vá desdobrar-se em outra central sindical. E pode até ser uma coisa muito rica. Empobrecer é reproduzir a pirâmide: os partidos definem a política e o projeto global da nova sociedade, os sindicatos são responsáveis pela luta sindical, e os trabalhadores de base levam o específico, o dia-a-dia, o "menor".

Hoje tem que se repensar um novo sentido da política, onde os trabalhadores não apenas se representem, mas se apresentem com todas as suas faces. Construam seus canais institucionais e participem de centrais e de partidos sem deslegitimar o que não corre por dentro destas instituições. Essa visão das instâncias superiores e inferiores tem que ser repensada, já que é uma manifestação evidente de autoritarismo.

Jorge Muñoz: Está ficando claro, ao longo do nosso processo de discussão, que a riqueza de um processo político mais abrangente não se esgota a nível de dadas instituições. Acredito que isso seja um ponto comum. Acho isso muito importante para quem faz educação popular. Neste momento estou pensando particularmente nos agentes. Com certa frequência, no contato com equipes de base, percebo uma visão um tanto mecanicista dos processos. Já está tudo dado e previsto com antecedência. Essa pirâmide de que fala o Hamilton é um esquema de pensamento, é uma visão que leva a forçar os processos e desconhecer sua riqueza.

Tem pessoal que faz perguntas como: por que você está trabalhando nisso, com esse grupo de biscateiros, prostitutas, etc.? É necessário rever o conceito do político. É preciso ficar atento para ver como que se processa esse político, quais os grupos, as relações e as atividades onde ele circula.

Uma segunda idéia, que para mim é muito clara, é a seguinte: não está dado a priori onde, numa conjuntura "x", vai ocorrer o peso político significativo. Vai depender do momento desse processo, da composição das forças, etc. E isso também me parece importante porque, muitas vezes, tudo isso já vem estabelecido no modelo, nas receitas. Onde, se você não trabalha com tal segmento, ou se o trabalho não passa por tal instituição, não há consistência política e não vale a pena. Eu acho que, hoje em dia, dificilmente a gente pode assinar embaixo desse tipo de visão, de proposta. E penso também, aí muito pessoal, que esta discussão que a gente está fazendo não está querendo colocar uma opção tipo ou isto ou aquilo.

Essa é a impressão que estou tendo. Não se está dizendo: ou vamos por aqui ou vamos por lá, excluindo outros percursos. Bem,

eu só queria segurar algumas idéias que, no meu entender, estavam aos poucos ficando claras e constituindo certos pontos de convergência.

Hamilton Faria: Só queria pegar o teu gancho para dizer que eu sou a favor da Central Única dos Trabalhadores. Considero um campo onde emerge uma série de práticas novas do movimento. Mas eu não queria pensar em bloco, tipo: "A Central já está aí e temos que convergir para ela; o partido já está aí e é esse". Isso tudo existe mas não são formas acabadas. Os partidos acabam e surgem outras formas de articulação no seu lugar.

Existe hoje uma crise de representatividade. Convém pensar até que ponto a forma partido consegue ser totalizadora de alguma coisa, consegue absorver as questões relativas à vida do trabalhador que o Sérgio coloca. Pelo menos a experiência dos partidos parece que não tem sido essa. Eu me pergunto, e não tenho resposta, se esta forma de organização pode trazer à tona esse conjunto do político ligado ao cotidiano, ligado à vida. O que se tem observado nos partidos, de uma maneira geral, é a reprodução do autoritarismo, é a reprodução de um saber hegemônico. A briga pelo poder afasta os partidos dos movimentos. A CUT vive isto, o PT também.

Agora eu coloco uma questão para reflexão. Estas formas de organização políticas e sindicais não estariam sendo postas em questão pelos movimentos sociais? Ou estamos apenas diante de uma crise em que, aperfeiçoando determinados métodos de trabalho, coloca-se o trem no rumo certo? Será que os novos tempos que estamos vivendo não nos desafiam a criar formas mais dinâmicas e democráticas para se pensar a política na vida social?

Pedro Pontual: A minha preocupação é um pouco do limite, digamos, do limite e das conseqüências dessa caracterização da crise de representatividade, da crítica ao uno, ou da crítica aos ismos. É o limite dela que me preocupa. Quando essa crítica tem, como conseqüência, a negação dessas instâncias de representatividade, isso acaba tendo, como conseqüência, a formulação de que a educação popular seria exclusivamente aquilo que se dá fora dessas instâncias. Projetos de grupalização do povo, mais espontâneos, e pequenos grupos de conscientização.

A minha preocupação vai na linha de que, fazer esse seccionamento, é retirar a vinculação da educação popular com um pro-

jeto político de transformação da sociedade. Ou ao contrário, acreditando, no meu modo de ver, ingenuamente, que a educação popular vai ser o sujeito político de transformação da sociedade.

Então é quando insisto que, para mim, trata-se de articular essa riqueza do diverso e trazê-la para dentro, ou fundi-la com as instâncias próprias da organização dos trabalhadores. É exatamente por isso que eu acredito que a crítica aos procedimentos, à prática dessas organizações, tem que ser feita de um ponto de vista marxista. Reconhecendo que, até hoje, foram esses sujeitos políticos que fizeram as grandes transformações revolucionárias no mundo.

Tem muita gente no Brasil, por exemplo, que usa o modelo nicaraguense da revolução popular como se fosse uma afirmação contrária às formas de representação partidária e tudo mais. É importante esclarecer que, na Nicarágua, a Frente Sandinista é um partido político. É a vanguarda política que fez a revolução popular na Nicarágua. Ela conseguiu captar, de forma ampla, a riqueza das práticas sociais, e das formas de participação, dentro da formulação do projeto e do programa político da revolução nicaraguense. Soube combinar o marxismo com o cristianismo, com o sandinismo, e com diferentes formas de manifestação cultural popular.

Isso tudo para dizer, trazendo para nossa discussão, que a educação popular tem que estar vinculada fundamentalmente a essas organizações populares. Fundindo dentro dessas organizações a riqueza da experiência do movimento de massa e a necessária formulação de um projeto político.

Vera Barreto: Qual é especificamente o papel da educação popular? Até onde ele vai? Em que a educação popular favorece a tão falada mudança da sociedade? Acho estas questões importantes. Principalmente pensando nos possíveis leitores, que são pessoas que estão realizando algum trabalho de educação popular. Sinto que existe aí uma certa confusão. Muitas vezes se imagina que a própria conscientização, esta nova leitura da realidade, por si só, levaria a sociedade a uma mudança. Me parece que não é isto o que acontece. A transformação social é conseqüência de uma ação política. Esta ação pode passar pela conscientização mas não se esgota nela.

Um outro ponto que valeria a pena ressaltar tem a ver com os canais usados nos trabalhos de educação popular. Nossa conversa tem ressaltado alguns canais em que tem ocorrido esta educação, como é o caso dos sindicatos, dos partidos e da igreja. De fato estas instituições têm sido, inegavelmente, espaços já consagrados

na prática da educação popular. Todavia, não acredito que estes espaços esgotem a possibilidade dos canais a serem utilizados. Mesmo porque, nada garante que continuem a ser canais futuramente. Temos exemplos disso no caso de outras instituições, como foi a Universidade, que tendo sido canal importante na década de 60, atualmente tem pouca significação. Como sabemos, a História é dinâmica e certamente existem outros canais que podem ser descobertos ou criados para se constituírem em espaços de educação popular. Espaços talvez até mais propícios ao desenvolvimento desta tarefa educativa. Isto porque os canais por nós salientados até aqui carregam uma tradição de autoritarismo. Autoritarismo que, além de contraditório com a educação popular, tem se revelado extremamente difícil de ser superado.

Sérgio Haddad: A questão é: como fazer dessas instituições canais efetivos de representação, e não de subordinação. Eu acho que esta é a permanente contradição que a gente vem enfrentando. E aí não podemos negar a história dessas instituições, o etos dessas instituições, e a conjuntura onde elas foram formadas. Enquanto representação, essas instituições podem e devem ser um espaço de criatividade, de dinamismo; enquanto mecanismo de subordinação, elas são castradoras, autoritárias. Então, fica para mim a questão do papel do educador. Pensando exclusivamente nas instituições, como criar nelas mecanismos duradouros, que possam ampliar os seus espaços de representação? Como derrubar os seus mecanismos de subordinação? Ao mesmo tempo, como criar novas instituições, que possam ser efetivamente representativas?

A gente sabe que é difícil a representação de 140 milhões de habitantes dentro de um processo de representação direta. Qual seria o mecanismo de representatividade de toda uma população dentro do Estado? Como criar mecanismos de representação que possam ser duradouros e da maioria?

A gente sabe que a dinâmica dos partidos é montada numa estrutura concebida dentro de uma lei eleitoral. Dentro de um projeto partidário que está predeterminado, com os mecanismos de participação política também predeterminados pelo Estado. Como, dentro dessa estrutura do Estado, se pode garantir certos direitos? As propostas pró-emenda para participação na Constituinte, eu não sei o número correto, mas ouvi falar que chegavam a quase 20 milhões de assinaturas. Isto quer dizer que, de uma certa forma, 20 milhões de pessoas estiveram no debate político por uma necessidade de participação mais global. E esse mecanismo foi introduzido como um artifício dentro do Projeto Constituinte de maneira a

ampliar a participação popular. Se a gente pegar isso a nível do Governo do Estado, tomando a questão da escolarização de adultos, vemos os grupos populares abrindo espaços para participar das direções que o setor público quer dar. Por exemplo: por que as matrículas em escolas públicas não podem ser feitas pelas entidades e sociedades amigos de bairro? ou pelas organizações populares? Por que essas instituições não podem ter o controle sobre os mecanismos de serviços públicos?

Quando se faz uma Assembléia da CUT, onde tem aquela massa de pessoas que vão decidir teses previamente estabelecidas, o cara recebe uma folha de papel com essas teses, e a grande maioria não sabe ler. Quer dizer, nós estamos num processo onde a representação é praticamente impossível. Os mecanismos efetivos, que poderiam ser colocados dentro desse espaço de representação, como é o caso da CUT, não o são.

Como uma pessoa, que não é militante de um partido, pode participar desse partido? Pode um trabalhador ser militante de fim-de-semana? Pode ser participante de um partido indo eventualmente ao partido? Pode ser representado lá? São questões no sentido de como poderíamos garantir mecanismos, dentro dessas instituições, que pudessem ampliar seus espaços de representatividade e romper com os de subordinação.

Pedro Garcia: Pegando a questão que o Jorge colocou do excludente, ou uma coisa ou outra... Eu acho que não se trata de exclusão mas de ênfase. A polarização se dá em torno de ênfases. Algumas colocações privilegiando mais determinadas instituições clássicas, tradicionais, em termos políticos: partido, sindicato, e outras uma maneira diferenciada do fazer político. Inclusive, no meu caso, valorizando a fragmentação, a necessidade de várias formas de poder na sociedade.

A crítica que eu faço ao partido, além do autoritarismo, é da tendência dos militantes em ver nele um órgão transcendente, algo que dá segurança. É como se houvesse a necessidade de creditar ao partido a direção certa, a única direção possível. E no bojo disto vem a delegação de poder.

Concordo com o Pedro Pontual de que a educação popular não vai ser o sujeito da transformação política da sociedade. Muitas vezes há uma concepção meio moralista quando se compara, de um lado o partido, como coisa espúria, e do outro lado a pureza da educação popular.

Agora, diferentemente do Pedro Pontual, eu me coloco como interrogação se o partido é o sujeito desta transformação. Para mim isso também é uma incógnita. Hoje em dia, com as várias formas de mutação política, eu não sei se a questão se coloca desta forma. E também não me convence argumentar que estes foram os únicos instrumentos capazes de transformar a sociedade tal como ela está aí. Mesmo porque a transformação da sociedade, tal como está aí, não me convence, ou seja: não é esta a sociedade que eu desejo, por isto não é esta a forma como imagino a transformação social.

É possível — eu acredito nisto — que os próprios movimentos sociais, na medida dos seus múltiplos objetivos, acumulem conquistas parciais que poderão resultar em conquistas de grande envergadura. Penso que uma das tarefas do trabalho em educação popular consiste em criar condições para que estes movimentos tenham sua autonomia, tenham o controle e o poder nas mãos. Para mim o papel da educação popular consiste em estabelecer condições de transformação nesta linha. Fazendo uma extrapolação, eu nunca me colocaria como vanguarda, mas muito mais como alguém que busca criar condições para a emanção do poder a partir das bases.

Pedro Pontual: Concordo com o Pedro que, entre nós, a diferença está na questão da ênfase. E aí me preocupa essa questão de articular o trabalho de educação popular, nessa esfera global, que inclui as múltiplas formas de organização popular, com as instâncias de representatividade, de organização dos trabalhadores.

Embora concordando com o Pedro Garcia de que o projeto de libertação das classes populares não passa, exclusivamente, pela tomada do aparelho de Estado, não se pode excluir ou negar a necessidade de que isto ocorra. Por quê? Porque o aparelho de Estado é um instrumento fundamental de dominação, de ordenamento, de legislação das relações de dominação. Portanto, a afirmação de um projeto de poder popular não começa, repito, pela tomada do aparelho de Estado, mas tem nele um momento importante no sentido de permitir que o povo no poder possa, efetivamente, de modo mais amplo, reordenar as relações sociais.

A partir dessa caracterização é que, para mim, a estratégia das organizações populares não está na fragmentação e sim na articulação. Acredito na transformação revolucionária da sociedade a partir de um processo de articulação dos diferentes grupos populares, respeitando a especificidade e a autonomia de cada um. Num processo de articulação que permita que esse processo de acúmulo

de forças, que se vai gestando de diferentes formas, em determinado momento se expresse numa força política capaz de reordenar as relações sociais.

Com relação à questão da democracia, me parece que ela é um componente fundamental, que está na própria essência do projeto de construção do socialismo. E eu acho que, na medida em que a gente consegue, desde já, nas formas de organização popular que se vão gestando, nas comunidades eclesiais de base, nas associações de bairro, nos sindicatos, no partido, ir criando formas organizativas, métodos de trabalho, processos democráticos de decisão, de formulação de propostas, a gente estará acumulando forças para que, no processo de transição para o socialismo, a democracia não seja colocada como alternativa ao socialismo, mas sim como um componente fundamental desse processo de transição.

Sérgio Haddad: No que diz respeito à questão do Estado e à questão do poder, que estão sendo postas, não consigo ficar satisfeito nem com uma nem com outra posição. Não consigo ficar satisfeito com essa ênfase sobre o diferenciado, sobre a construção a partir do individual para constituição do coletivo, da forma como foi colocada pelo Pedro. Eu não consigo vislumbrar muito como isto vai se dar. Em certo momento o Pedro Garcia reportou-se a 68. Pequenos movimentos tornam-se grandes e vão pressionar a situação conjuntural no sentido da transformação social. Eu não consigo perceber esse dinamismo de uma maneira consistente. Não consigo perceber como isso se daria sem uma forma de organização coletiva. Isso implicaria em voltar à questão da transformação de um certo conhecimento, de uma certa cultura nacional, que legitimaria os interesses da maioria da população. Como é que isso se daria sem o controle dos meios de comunicação de massa? Como isso se daria no pequeno grupo? No pequeno núcleo do movimento? E, a partir desse pequeno núcleo, num projeto articulado mais global?

Por outro lado, a questão da tomada de poder, e de projetos políticos que se organizaram com referência a essa questão de transformação a partir do aparelho de Estado, é um projeto de transformação que exigiria uma certa homogeneidade partidária, que exigiria uma certa articulação dos meios populares. É impossível que isto ocorra onde o projeto partidário não dá conta da heterogeneidade e das necessidades da maioria da população, como foi o caso específico do PMDB. Em segundo lugar, mais importante do que a tomada de poder, é a questão de quem controla o poder, quem controla o Estado. Isso só será possível na medida em que se tiver uma sociedade civil organizada e forte o suficiente para

controlar o aparelho de Estado. Eu acho que vai ser muito difícil, dentro do aparato burocrático, qualquer tipo de alteração em termos de interesse da maioria, sem participação popular. E mesmo pensando em uma transformação revolucionária, tomar o aparelho de Estado tendo como paradigma os modelos que nós tivemos até agora, fico um pouco pessimista.

Como isso se daria dentro de uma situação nacional heterogênea como a nossa? Como isso se daria com essa massa ainda bastante desorganizada? Que tem algumas organizações, mas que nós sabemos o quanto elas são frágeis. O quanto elas dependem ainda de uns poucos quadros para sua sustentação. O quanto, em termos de renovação política, tem sido difícil atingir uma maioria que possa ser articulada. Então, no fundo, eu tenho dúvidas. Eu tenho dúvidas, por exemplo, do que vai acontecer se o PT assume uma quantidade enorme de prefeituras, sem que tenha por trás um voto ideológico, um voto de apoio efetivo que possa dar conta de fortalecer a proposta de gestão popular do PT. Então, a questão que parece que se dá é essa: como, dentro dessa inconsistência da sociedade civil, se coloca a questão do poder e a questão do Estado?

Pedro Pontual: Aproveitando a fala do Sérgio eu gostaria de esclarecer uma questão que me parece importante. Na minha intervenção anterior, eu não pretendi dizer que a ênfase de um projeto político transformador está na tomada do poder de Estado. O que eu quis afirmar foi que o projeto político de libertação dos trabalhadores requer, em um determinado momento, a tomada do poder de Estado. É nesse sentido que eu polarizei com o Pedro Garcia, porque eu acho que esse é um dos passos necessários. Agora, esse passo, para que não caia no risco de ser o único, tem que estar inserido num processo de revolução popular. Em um processo que não comece pela tomada do aparelho de Estado, mas que comece desde já pela constituição de um amplo processo de organização popular.

A segunda pontuação é distinguir a tomada do poder de Estado, dentro de um processo de revolução popular, da tomada de parcelas de um aparelho de Estado, que ainda é hegemonicamente burguês. Então, quando você diz: eu fico um pouco desiludido com as experiências, ou preocupado com a possibilidade do PT ganhar prefeituras, eu também fico. Principalmente porque acho que a grande questão que está colocada é a seguinte: nós estamos com possibilidades de tomar parcelas de um aparelho de Estado, mas de um Estado hegemonicamente burguês. Isto é particularmente sério onde ainda não existe um acúmulo de forças suficiente para per-

mitir o controle popular sobre essa pequena parcela que, eventualmente, a gente possa ocupar a partir de um processo eleitoral.

Pedro Garcia: Eu também acho que a tomada do aparelho de Estado é importante... Agora o que eu me coloco é quando e como. Esta formulação do como e do quando é importante no sentido de que esta tomada vai determinar a própria formação do novo Estado. Porque quando uma determinada vanguarda toma o aparelho de Estado, o perigo é que este Estado que foi tomado passe a reproduzir, com sinais trocados, uma outra forma de poder hierárquico no interior da sociedade. Então, nessa linha, o importante é que esta tomada possibilite a democratização deste novo estado. Por outro lado, a minha perspectiva vai mais longe, vai na linha da extinção do Estado, que é uma coisa mais ou menos esquecida. Se isto vai ou não ocorrer eu não sei. De qualquer forma penso que é importante ter como horizonte político a extinção do Estado quando se pensa em um outro tipo de sociedade. E não em Estados mais fortes, como os do "socialismo real".

Jorge Muñoz: Ao longo desta discussão sobre o poder, Estado, etc., eu vinha pensando o que isso tem a ver com a educação popular. Obviamente que há ligação, já que a educação popular é pensada na linha da transformação da sociedade. É um pouco o exercício de como a gente imagina isso. Como essa transformação bate a nível do aparelho de Estado, a nível das relações sociais etc. Mas penso que podemos partir para outras questões que possam trazer novas luzes à discussão.

Hamilton Faria: Eu acho isto importante porque vai definir os campos de intervenção. Na verdade, quando você está trabalhando com educação popular, está trabalhando com relações de micro poder localizadas de uma forma mais abrangente na sociedade. Eu acho que seria pobre a gente ficar só nesse tipo de discussão a que o Jorge se referiu. Deveríamos passar para outras questões. Talvez partir daquela pergunta que o Sérgio fez, de como essas organizações populares podem absorver a totalidade dos setores populares envolvidos. Ainda não entramos nessa questão.

Vera Barreto: É que a gente não sabe como.

Hamilton Faria: O que me preocupa nessa discussão sobre os partidos, o socialismo, a construção do poder, é que a gente se depara com dois ou três paradigmas e não sai deles. Não conseguimos dar asas à imaginação, no sentido de tentar ver a coisa de outra forma.

Você tem o crescimento dos movimentos sindicais e populares em torno de determinadas formas de organização. Isto tudo se liga ao partido, que leva os trabalhadores e seus aliados a tomarem o aparelho de Estado, e a construir o socialismo. Eu também não tenho uma contrapartida clara a esse tipo de visão. Tenho alguns pressupostos. Eu acho que o projeto de uma nova sociedade, os seus caminhos, ainda estão sendo criados. Não existe uma estratégia com um ponto de partida assentada nos movimentos e um ponto de chegada que é a construção do socialismo. Eu desconfio da história colocada nessa linearidade.

A tomada do aparelho de Estado é uma condição indispensável para o processo de transformação? A posse do Estado, através de um partido que organiza o movimento e as idéias, acaba resultando na imposição, à sociedade, de uma determinada conduta e de uma determinada forma de ser. Dentro disso aí é impossível entender um processo revolucionário em que o poder seja permanentemente questionado, criado e recriado de forma contínua pelos trabalhadores.

O movimento deveria ser capaz de instituir um determinado poder e destituí-lo no momento seguinte. O socialismo, como está colocado hoje, não tem nenhum sentido político ou educativo. E não se constitui enquanto um divisor de águas.

Existem agrupamentos na sociedade que não defendem, explicitamente, um projeto socialista, e têm uma prática transformadora e revolucionária. Eu acho que o socialismo se desgastou pela prática do socialismo real. Socialista hoje não é sinônimo de transformador radical. Todo mundo se diz socialista. De Brizola até os teólogos, de empresários até pelegos.

Eu acredito mais nas formas de organização próprias do movimento, em toda a sua diversidade, desde a comunidade de rua até o time de futebol; desde o grupo de teatro até a desobediência política. Uma insubordinação da vida, uma desobediência em relação aos padrões estabelecidos na sociedade. O exercício pleno da liberdade.

A partir daí estaremos construindo, de forma viva, uma sociedade que não só resolva a questão do salário, da melhoria de vida material, mas que também dê espaço para que seja exercida a liberdade. E essa liberdade é fundamental para a criação de uma prática autônoma dos movimentos. E eu não entendo uma nova sociedade, seja socialista ou não, que não possibilite essa prática autônoma. E as instituições, os partidos, os sindicatos, têm que estimular essa autonomia, essa diversidade, e não abarcar, subor-

dinar, homogeneizar, como se fossem os únicos canais por onde passam as coisas.

Jorge Muñoz: Pegando a colocação do Hamilton, percebo qual a preocupação que eu estava tendo quando a gente entrou nessa discussão de Estado, poder, etc. Está muito ligada a idéia que coloquei anteriormente de que um dos desafios da educação popular, hoje, é rever a noção de realidade, porque ela ficou reduzida e identificada a um certo político entre aspas.

Aí eu me perguntei: não será que a nossa discussão não está desembocando nesse político entre aspas? Isto porque a gente ainda não conseguiu colocar, com criatividade, essa discussão dentro de outras referências.

Pedro Garcia: Concordo com o Jorge que a gente encontra muita dificuldade em criar novos termos para definir situações novas. Neste sentido, estamos sempre atrasados em relação ao processo de transformação social. Por isso o campo do debate ainda se dá dentro de uma terminologia que ainda não se atualizou. Assim, as questões que nós nos colocamos acabam desembocando num determinado tipo de resposta. Isto porque nenhuma pergunta é gratuita, toda pergunta já encaminha uma resposta. Então, na medida em que você aceita o questionamento que te é feito, este questionamento vai te levar, necessariamente, a um determinado tipo de resposta, a um campo determinado de debate. Neste sentido, as questões que nós nos fazemos, nos levam ao tipo de debate que estamos travando.

Sinto que não consigo levantar as questões precisas que enfocam meu ponto de vista. Talvez esta clareza venha com o tempo. Não sei... O que não significa que as questões que nós estamos nos fazendo, e que nos levam ao tipo de debate que estamos travando, não sejam importantes. Isto porque só poderemos dar coerência à nossa prática se nos imaginarmos na totalidade do campo social. Mesmo porque a nossa ação está ligada à concepção que temos da sociedade e da sua transformação. E esta concepção, no nosso caso, se forma, em grande parte, a partir da relação que temos com as camadas populares. Esta relação nos revela outras facetas da questão do poder, da questão do político. Vivenciamos isto de uma forma direta. Lembro-me de uma invasão ocorrida na periferia de São Paulo. Nela os populares se negavam enquanto invasores, diziam que os invasores eram os policiais que queriam retirá-los do terreno

que ocupavam. Penso que, mais do que uma questão semântica, eles estavam tentando inverter as relações de poder da ótica e da lógica da dominação.

Pedro Pontual: Este nosso debate está revelando uma constatação, de vários cientistas sociais da América Latina, de que a teoria das ciências sociais, a teoria política, não está conseguindo mais dar conta da realidade e das aquisições da prática social dos grupos populares. E aí acho importante distinguir duas concepções equivocadas da relação teoria e prática. Uma é a concepção vanguardista, que afirma que a teoria da ciência social já está acabada. A outra concepção é a basista, que retira a historicidade da prática social. Vê nessa prática social nova a negação quase total de toda a teoria construída.

Ao reconhecer que a teoria não está dando conta da riqueza da prática social, ou das novas aquisições da prática social, temos que restabelecer uma relação dialética entre teoria e prática. Os novos elementos da prática social devem nos servir para atualizar e adequar a construção teórica a essas novas aquisições. Sem negá-la, mas desenvolvendo-a e, muitas vezes, questionando-a.

Neste sentido a educação popular também tem uma contribuição a dar. Na medida em que através de procedimentos educativos vamos contribuindo no sentido de que os grupos, e as organizações populares, possam ir sistematizando a sua prática, podemos ir constituindo um corpo de conhecimento capaz de fazer avançar a teoria social e política. Então aí me parece que a educação popular tem um papel a cumprir, procurando nas distintas organizações populares associar os processos organizativos a processos de investigação, de comunicação e de formação.

Sérgio Haddad: O reconhecimento dos limites das teorias na interpretação do que vem ocorrendo hoje, em relação aos movimentos populares, me faz pensar um outro lado da questão. O educador popular não dá mais conta de entender o cotidiano do seu trabalho sem o recurso das ciências que se aproximam da perspectiva da educação popular. E aí eu colocaria a Antropologia, cujos estudos são realizados na linha da interpretação do cotidiano da vida das pessoas, da sua cultura. Também a teoria política e a teoria sociológica, que nos instrumentalizam na compreensão mais global do trabalho do educador.

A própria Linguística, com os dados que vem trazendo para os trabalhos de alfabetização, a Psicologia, etc. Eu acho que o educa-

dor, de uma maneira geral, mas em especial o educador popular, não pode deixar de levar em conta essas novas questões que estão sendo postas. Muitas vezes até a nível acadêmico. Como é o caso de teses que estão preocupadas em recuperar o cotidiano das vidas das pessoas como um elemento fundamental do trabalho popular, do trabalho político, do trabalho educacional. Eu acho que são questões centrais que a gente devia levar em consideração.

Vera Barreto: A minha colocação será um pouco em cima do que disse o Sérgio. É verdade, muitos estudos vêm acontecendo e a maioria deles no âmbito da Universidade. A minha preocupação está no campo e quando estes trabalhos e descobertas vão chegar até aqueles que estão enfrentando concretamente estas questões relacionadas com o seu trabalho.

Hoje, durante a nossa discussão, em alguns momentos passaram pela minha cabeça perguntas como: para quais educadores populares a gente está falando? até onde as nossas questões batem com as que eles estão desenvolvendo junto a grupos de mulheres, de menores, de indígenas, de alfabetização, etc.? Não sei se a nossa discussão não pareceria, para a grande maioria destes educadores, como algo esotérico e muito distante.

Isto não significa que o que estamos falando não tenha o seu significado, mas o meu medo é que estejamos estendendo este significado para a totalidade daqueles que estão ligados a um trabalho de educação popular. Há o risco concreto de imaginar que nossas preocupações e desejos sejam as preocupações e os desejos da maioria. Um exemplo disso está relacionado à questão da articulação. Enfatizamos a importância e a necessidade de sua realização. No entanto, ainda este ano, num encontro que contava com a presença de muitos grupos, que trabalham na periferia de São Paulo, verificou-se que esta necessidade não era sentida e desejada pela grande maioria dos presentes.

Sabemos que os assessores podem e devem ter preocupações diferentes dos assessorados. Todavia, estas diferenças precisam ser identificadas e conhecidas para que se possa sempre partir da realidade e não de fantasias.

Pedro Pontual: Eu queria compartilhar da mesma preocupação da Vera. As inquietações que ela colocou estavam passando também pela minha cabeça. Acho que a gente deve ter preocupação com o público a que estamos nos dirigindo. E aí uma vigilância nossa com relação a até que ponto essa discussão tem a ver com os problemas que estão colocados na prática. Eu acho que para vários

agentes essa discussão vai parecer mesmo meio esotérica. E isso, talvez, se deva a uma certa debilidade do trabalho de educação popular desenvolvido nos últimos anos.

Em nome de uma série de princípios pedagógicos válidos podemos ter limitado o horizonte de discussão dos grupos. Um pouco na linha do que eu já me referi anteriormente: que o princípio do partir da prática foi confundido, muitas vezes, com o partir do cotidiano mais imediato. Isso pode nos ter levado a não colocar, junto a esses grupos, o sentido político mais geral do nosso trabalho. Isso pode nos ter levado a, muitas vezes, no processo de troca de experiências, a não articular o processo de experiências de um grupo local com as experiências históricas da classe trabalhadora. Portanto, esse "parecer meio esotérico" deve nos levar a rever criticamente o nosso trabalho.

Hamilton Faria: Queria pegar o gancho da Vera. Eu concordo com o que ela diz. O que está acontecendo aqui revela um painel de diversas experiências de educação popular. No entanto, existe uma série de pontos de partida que ainda são insuficientes.

O próprio pensar sobre a educação popular está em crise. Durante estes últimos anos diversos grupos tiveram uma atuação muito grande, mas poucas são as publicações que trazem uma reflexão mais funda sobre o nosso papel. Nesse sentido esta publicação pode ser inovadora. Pode mostrar nossas dificuldades e impasses, até mesmo o da linguagem que estamos usando. Aí eu enfatizo uma colocação que já fiz, a de que a abrangência da educação popular não se reduz a uma reflexão política no campo da educação: a questão do poder, do saber, da reprodução do poder, da tomada do Estado, das estratégias etc.

Precisamos entrar em outros campos que envolvem o popular: desde sua cultura até a linguagem que elabora.

Existe uma linguagem imposta por um código dominante e, muitas vezes, a gente não sabe as maneiras como os setores populares expressam a sua linguagem. Partindo daquela visão integrativa, que redimensiona o político, eu vejo a necessidade de ampliar o campo de investigação, de prática, de ação da educação popular. Assim não se fica só no acúmulo de um saber de luta.

Em São Paulo eu vejo uma resistência muito grande, tanto nas organizações de trabalhadores como nas entidades de educação popular, em trabalhar nestas áreas. Consideram um campo menor da

educação, uma coisa pré-política. Os sindicatos, muitas vezes, têm um departamento cultural que faz festas e atividades de lazer. A cultura não é isso. Na verdade não abre possibilidades ao trabalhador integrar a totalidade da sua vida à vida sindical. Esta questão da cultura pode resultar em trabalhos belíssimos que contribuam para ampliar nossa visão dos setores populares. Entender como se expressam estas múltiplas formas de cultura é também contribuir para repensar o político.

entre o assessor
o educador popular
e os grupos populares

Este livro procura ser uma contribuição para a discussão da cultura popular e da educação popular. Procura mostrar que a cultura popular não é apenas um instrumento de lazer e recreação, mas também um instrumento de luta e de transformação social. Procura mostrar que a educação popular não é apenas um instrumento de transmissão de conhecimentos, mas também um instrumento de construção de uma consciência crítica e de uma ação política.

Quando nos referimos à cultura popular, estamos nos referindo à cultura dos setores populares, à cultura dos trabalhadores, à cultura dos pobres. Esta cultura é diferente da cultura dos setores dominantes, da cultura dos ricos, da cultura dos poderosos. Esta cultura é uma cultura de luta, de resistência, de transformação social.

PARTE 4

Das diferenças entre o assessor, o educador popular e os grupos populares

Pedro Garcia: Pegando a fala da Vera, só que numa colocação um pouco diferenciada, eu acho o seguinte: na relação dos educadores com os grupos populares existem códigos distintos. Nós, aqui reunidos, temos um determinado tipo de expressão, dominamos um determinado código, temos uma linguagem que nos identifica e nos possibilita um debate comum. Eu acho que seria negativo se, com a intenção de nos dirigirmos a educadores populares — que supostamente não dominam o mesmo código — nós escamoteássemos o nosso conhecimento. Não estou dizendo que a Vera esteja propondo isto. É que, às vezes, isto se coloca para alguns educadores, que fazem um tipo de reinscrição da sua própria linguagem para se comunicarem melhor com os grupos populares. Com isso empobrecem o seu pensamento e a sua própria perspectiva política. Isto, em geral, resulta desastroso.

Quando nós, aqui, colocamos os nossos posicionamentos, as nossas diferenças, as nossas perplexidades, o que está em jogo é o aperfeiçoamento do nosso próprio conhecimento. E, nessa linha, eu acho que há uma diferença básica entre nós e as classes populares. Eu me lembro, por exemplo, que lá no Nordeste, quando fiz uma pesquisa sobre saber popular, pretendia compartilhar esta pesquisa com as pessoas que havia entrevistado. Neste sentido, fiz a devolução do material que havia recolhido, juntamente com as minhas conclusões, só que isto não interessou a ninguém. Um ou outro se interessou por sua fala, e só. Mas a pesquisa, o objetivo da valorização do saber popular, isso era problema meu, não deles.

Isto me alertou para a diferença dos códigos. A forma como eles vão aperfeiçoar a sua linguagem, os seus esquemas de luta, passam, muitas vezes, por instâncias que não pertencem ao meu código nem ao meu universo, embora eu possa ter a mesma perspectiva de luta, de transformação social. E aí eu fico pensando como se dá esta relação, esta proximidade. Penso que esta relação se dá, primeiramente, pelo reconhecimento das diferenças. Este é o passo inicial para se conseguir uma proximidade.

É na diferença, na explicitação da diferença, que se dá o mútuo reconhecimento. As pessoas se reconhecem nas suas diferenças. E aí, nesse reconhecer-se nas diferenças, existe um dado que me parece fundamental, que é a relação afetiva. Esta relação afetiva que pode perpassar o trabalho de educação popular é um elemento fundamental, embora muitas vezes esquecido, nos nossos contatos com os grupos populares. E não é só o afeto, mas todo o reino das emoções, como o medo, o orgulho, a vaidade...

No meio popular a própria expressão do político se manifesta, muitas vezes, nesta linguagem das emoções.

Alguém já disse que o intelectual discute emocionalmente as questões teóricas e teoricamente as questões afetivas...

Mas voltando ao que eu falava anteriormente, acho que o afetivo cumpre um papel muito importante na possibilidade do mútuo reconhecimento e conseqüente aproximação entre o educador e os grupos com os quais trabalha. Sem querer dizer com isso que o afetivo vá recobrir estes códigos diferenciados. Apenas chamo a atenção para um elemento da comunicação que é fundamental e me possibilita ser inteiro na relação, inteiro com o meu saber e as minhas propostas. É a partir desta confiança mútua que pode nascer um relacionamento intenso e criativo.

Finalizando, a concepção que se tenha da transformação social passa pela percepção do outro enquanto diferente.

Sérgio Haddad: Nessa questão, que está sendo colocada, devíamos tentar entender o nosso papel como assessor diante dos trabalhos de educação popular. Definir quem é quem nesse pedaço. Qual a forma da nossa participação nesse espaço. Eu concordo com o Pedro sobre a necessidade de fazer a diferença. E fazer a diferença significa mostrar claramente as possibilidades e as disponibilidades que temos. Nós somos pagos integralmente para fazer um trabalho que, normalmente, o educador popular acaba fazendo em fins-de-semana

ou à noite, como militante, em condições precárias. Falamos como que se esse educador tivesse que realizar todo um trabalho que, de uma certa maneira, temos muito mais condições de realizar. Inclusive por estarmos entre dois campos de conhecimento, o teórico e o prático, mesmo sem vivenciarmos integralmente um e outro. A gente está mais ou menos como mortadela no sanduíche. Nem somos os intelectuais acadêmicos, mas a gente bebe disso; nem somos o educador que está na base do trabalho, que faz isso no cotidiano da vida.

Eu queria ampliar e marcar a diferença entre uma inserção e outra a partir da produção do conhecimento e do seu destino. A questão que o Pedro levantou anteriormente pode servir de exemplo. Ele fez uma pesquisa sobre o saber popular que serviu para quem? Esse conhecimento, produzido na pesquisa, pode ter legitimado o Pedro enquanto intelectual. Mas, por outro lado, ao que parece, pouco interessou aos grupos populares como uma forma de produção de conhecimento.

Isso coloca uma questão para nós. Como o nosso trabalho como educador — se ele é popular, ou não, não sei —, como a produção de conhecimento que realizamos, está de fato a serviço dessa possibilidade de ampliação da participação popular no processo mais global? De que maneira o nosso conhecimento, o conhecimento que a gente produz, ou que a gente tenta produzir, está incorporado nas questões mais gerais dos grupos populares? De que maneira ele está legitimando os grupos populares e não os assessores dos movimentos sociais? Assessores que, de uma certa maneira, detêm uma reflexão e uma verdade sobre a questão da educação popular.

Nem sempre são os educadores populares os sujeitos e os consumidores desse discurso mais geral, que a gente aqui cria, recria e discute. É uma questão política. Como fazer com o que produzimos possa estar efetivamente a serviço dos grupos populares? E aí a questão não é negar a nossa função. Não é negar a nossa diferença. Não é negar que nós temos recursos e um conhecimento sistematizado, além de acesso às práticas dos movimentos. Aliás, é por isso que nos chamam.

Pedro Pontual: Concordando com as colocações, tanto do Pedro quanto do Sérgio, sobre a importância de se explicitar as diferenças, eu gostaria de colocar uma preocupação. Me parece que nós corremos um risco, nessa explicitação das diferenças. Um risco de estabelecer, no limite, uma diferença do papel do educador e do grupo popular, que no meu modo de ver não existe. O que existe é uma

diferença de tarefas, dada a especificidade e o grau de contribuição de cada um. Mas o papel, na minha avaliação, é o mesmo. E assim como a gente reconhece as diferenças deve reconhecer uma identidade de papel. Identidade de papel que, no meu modo de ver, é dada pelo compromisso político.

Eu acho que o educador popular, assim como o dirigente de uma determinada organização popular, só conseguem levar à frente um projeto na medida em que têm um compromisso político concreto com a transformação da sociedade. Isso aí me parece importante na medida em que os educadores populares vão trabalhar junto a organizações populares. Neste caso, devem ter cada vez mais clareza da importância que esse trabalho se encarne num compromisso político concreto com estas organizações, buscando que a sua inserção seja cada vez mais orgânica. E na medida em que essa inserção for cada vez mais orgânica, a sua possibilidade de captar as necessidades reais dessas organizações será maior, permitindo que a sua contribuição seja a mais adequada.

Para mim essa é uma questão bastante importante na medida em que a figura do assessor é tão disseminada que, muitas vezes, pode levar algumas pessoas a entenderem que essa figura, ou essa tarefa, é quase eterna. E eu acho que isso passa também por mediações conjunturais. O companheiro é assessor hoje e pode vir a ser um dirigente político amanhã. O problema é ele não confundir os papéis. Há muitos companheiros que hoje são assessores, portanto não têm uma legitimidade enquanto dirigentes políticos, mas acabam exercendo as funções de dirigentes políticos. Isso eu acho incorreto. Mas o que a gente não deve perder de vista é que hoje pessoas que estão na tarefa de assessores, ou de educadores populares, podem vir a ser, a médio prazo, dirigentes políticos. Isso é uma questão certamente polêmica, mas eu acho que a gente não deve perdê-la de vista do nosso debate.

Jorge Muñoz: Gostaria de fazer uma pergunta ao Pedro Pontual. Trata-se de algo que eu não entendi muito bem. Você falou que o papel do educador é o mesmo que o do grupo popular? No meu modo de entender há diferenças e diferenças muito importantes. Acho que sem dúvida há um ponto de convergência que é o processo, que é o que se procura, etc. Agora, as contribuições são realmente diferentes. Então, explica aí mais um pouquinho esse negócio do papel.

Pedro Pontual: O que eu quis dizer não difere do que você está colocando. Ou seja, realmente existe diferenças com relação à tarefa,

e por tarefa eu estou entendendo aqui a especificidade da contribuição. Eu quis ressaltar o cuidado que a gente deve ter no sentido de não exacerbar, de não dividir de tal forma essas tarefas, que nos impeça de perceber que, para além da diversidade das tarefas, existe uma identidade de papel, que é dada pelo compromisso político. O educador popular, no meu modo de ver, ou o acessor que está assessorando uma Central Sindical, ou uma organização de bairro, não deve entender seu trabalho como uma assessoria puramente técnica. Ele deve procurar cada vez mais uma identidade política, um compromisso político com aquela organização. Na medida em que ele busca isso ele se insere mais organicamente. Eu faço uma distinção entre inserção orgânica e diluição ou anulação de tarefa. Nesse processo de inserção orgânica, o assessor se coloca muito dentro da organização e, ao mesmo tempo, com possibilidade de ser um olho crítico nos processos que se dão dentro dessa organização. É a melhor forma de contribuição que ele pode dar. É um olho crítico costurado por um processo de identidade política e de inserção real na organização. Se não esse olho crítico corre o risco de se tornar uma coisa externa à própria organização e se limitar a uma contribuição meramente técnica.

Vera Barreto: Eu concordo com você, Pedro, mas há o risco da assessoria acabar conduzindo politicamente o trabalho. Não podemos esquecer que assessor e assessorados perseguem alguns objetivos comuns que os colocam na situação de companheiros.

Por outro lado, concordo muito com o Pedro Garcia quando ele diz das diferenças existentes entre estes dois pólos. Diria até que é o fato de sermos diferentes que nos permite ser úteis aos grupos com que trabalhamos. Se fôssemos exatamente iguais não teríamos nenhuma função.

Jorge Muñoz: Venho acompanhando o que está sendo dito. E, engraçado, acho que, com tantas distinções, me perdi. Na minha cabeça, acho a coisa mais simples, ou seja, o assessor ou mesmo o educador que está lá na base têm diferenças mesmo.

Freqüentemente agente e grupo popular pertencem a classes ou segmentos sociais diferentes; a vida, a história de cada um, a cultura, os valores etc., são diferentes. Acho que cada um é cada um, e não é para ocultá-lo. No meu modo de ver, é a primeira coisa que deve ficar clara. E é na medida das características do processo educativo que irá se definindo a contribuição do agente. Essa contribuição não está dada "a priori". Pessoalmente entendo desse

modo. Acho, de maneira semelhante ao Pedro, que o agente que está nesse trabalho, nesse processo, é exatamente porque tem um compromisso político que, de certo modo, é convergente com o do grupo popular. Custa-me pensar em alguém trabalhando na base só por compromisso técnico. Isto para comentar um aspecto da colocação do Pedro Pontual.

Pedro Garcia: Quando, num determinado processo educativo, temos o assessor, o agente e o grupo popular, dificilmente se deixa de ter confrontos. E esses confrontos partem das diferenças destas três instâncias, que têm contribuições diferentes a dar em relação ao processo educativo que está sendo gestado num determinado lugar. O que eu acho importante, neste confronto, é que nos três níveis as pessoas estejam abertas para repensarem sua própria proposta política. Sem esquecer, o que me parece fundamental, tanto no caso do assessor, quanto no caso do agente, que o básico do trabalho é o fortalecimento do grupo popular com o qual se trabalha. É o objetivo do trabalho neste direcionamento que permeia todas estas diferenças e confrontos.

Diferenças e confrontos que, muitas vezes, ocorrem em função de formas autoritárias presentes nos grupos populares com os quais trabalhamos. Quando isto ocorre não há por que temer entrar em conflito, quebrar o pau, denunciar estas instâncias autoritárias. Em contrapartida eu também tenho que criar uma relação que permita ao outro denunciar o meu comportamento autoritário.

Hamilton Faria: Eu queria que o Pedro Pontual esclarecesse esta questão, que para mim ainda ficou um pouco confusa, da relação do educador com os grupos populares. Se é que eu entendi, o educador deve caminhar para uma inserção cada vez mais orgânica com a instituição onde desenvolve um trabalho educativo. Seria isso? Se você está trabalhando com formação na CUT a tendência seria das entidades se deslocarem cada vez mais para o seu espaço e serem, finalmente, incorporadas?

Pedro Pontual: Você colocou em termos de entidade, eu coloquei em termos da pessoa...

Hamilton Faria: Não, da pessoa mesmo. Vamos supor, você é do CEPIS e está participando de Cajamar. Você deve ter então uma relação permanente e orgânica com esta instituição?

Pedro Pontual: Isso não pode ser confundido com a anulação do centro de educação popular.

Hamilton Faria: É isso que eu queria levantar...

Pedro Pontual: É, eu acho que aí há uma questão que é diferente...

Hamilton Faria: Eu queria falar duas coisas. Existem inserções diferenciadas. No meu caso, com os cursos de "Comunicação e Expressão", a minha inserção é muito dispersa, pois os cursos acontecem em vários lugares. Não tenho uma relação fixa com os grupos. Não tenho uma relação permanente e orgânica com esses grupos, é uma relação muito fluida.

Uma outra coisa que eu queria dizer é que eu acho muito importante os grupos manterem a sua identidade. Mesmo em outro tipo de sociedade esta dimensão educativa deverá estar presente. E que as entidades se multipliquem e continuem fazendo suas reflexões. Me preocupa a perda deste espaço próprio. Muitos educadores acabam desenvolvendo uma inserção tão orgânica que perdem a dimensão desta reflexão. Contribuem para desenvolver um projeto político mas perdem a dimensão educativa. Distribuem material em porta de fábrica e preparam a greve geral. Enfim, se transformam em militantes operários. Eu acho que nossa contribuição não é por aí.

Vera Barreto: Isso confunde.

Hamilton Faria: É. Confunde os papéis.

Jorge Muñoz: A questão também me interessa. O que é essa integração orgânica? Acho oportuna tua colocação, Hamilton, pois gostaria de alguns esclarecimentos para entender melhor a idéia.

Sérgio Haddad: Só para ampliar um pouquinho. Eu estou entendendo que essa integração orgânica com o movimento tem dois níveis. Num certo nível, como assessor, apostar no projeto político que você está assessorando. E, num segundo momento, em determinadas conjunturas, há necessidade de quadros. Há necessidade

de um trabalho de deslocamento dos assessores no sentido da construção de entidades que possam estar servindo aos interesses dos trabalhadores e que, por uma deficiência de organização, de quadros, exige do assessor um apoio até um determinado tempo, quando os quadros possam assumir esse tipo de papel. Isso leva à velha questão de quem educa esse educador, quem educa o assessor. Nesse sentido os Centros de Educação são um espaço privilegiado de educação devido a inserção que o assessor tem na prática desse trabalho.

Ao mesmo tempo, os campos de produção de conhecimento, que pode ser o centro de pesquisa, a Universidade, o próprio trabalho popular, é um espaço próprio de reflexão, de troca de experiências, de contatos, de escrever, de reelaboração. Estou colocando que, para o assessor, no meu ponto de vista, esse é um espaço privilegiado, desde que ele não fique dentro dele o tempo todo. Esse é o espaço que ele tem para se realimentar. Onde ele pode ter um confronto com outras visões, com outras pessoas inseridas em outros campos do conhecimento, que podem lhe dar essa sustentação.

Eu acho que isso é muito importante porque faz a gente repensar um pouco como é que construímos os nossos Centros de Educação. A questão da democracia nos próprios locais onde trabalhamos é um aspecto fundamental. Muitas vezes a relação pessoal acaba sendo mais significativa do que a própria relação profissional, ou a própria relação de confronto de formas de pensar. Nem sempre as diferenças que nós temos internamente são diferenças que, nesse jogo político, servem como um elemento de formação desse educador que está na prática.

Pedro Pontual: Quando eu afirmei a importância da inserção o mais orgânica possível, eu estava me referindo ao processo de criação de uma identidade política com os objetivos da organização, numa forma de contribuição a mais permanente e estruturada possível. Isso não exclui outras formas de relação e de contribuição. Por exemplo, no teu caso, Hamilton, eu acho que você vai continuar dando cursos de comunicação e expressão em vários cantos do Brasil, e isso é extremamente necessário. Mas se, em algum momento, vamos supor, a CUT estrutura no seu Departamento de Formação uma assessoria permanente aos sindicatos, nessa área, e te convida para esse projeto? Eu, pessoalmente, acho interessante na medida em que isso coloca esse teu tipo de contribuição dentro de uma planificação de trabalho. O que não vai excluir que outras pessoas vão continuar fazendo isso que você está fazendo.

Só para terminar o raciocínio e aí distinguir inserção orgânica de diluição... Eu acho que o perigo está na diluição, onde, de repente, o trabalho de assessoria se dilui num conjunto múltiplo de tarefas. Onde você perde a especificidade da sua contribuição.

Este é um plano de discussão, o outro é a questão dos centros de educação, das equipes de educação popular e tudo o mais. Eu também acho que a tarefa dos centros de educação não é uma tarefa conjuntural. Existe gente que diz que os centros de educação estão com a sua tarefa esgotada. Que eles deveriam se incorporar ao movimento. Eu, pessoalmente, dirijo dessa visão na medida em que é uma visão de diluição. Depois, ninguém ignora que a realidade desse país é muito diversificada. Ainda há muitas regiões onde esse trabalho dos centros de educação é fundamental. Muitas vezes é a primeira iniciativa de organização dos grupos populares, bem como da construção de instrumentos como sindicato, partido, e tudo mais. Mas não é só por isso. Esses centros de educação popular, essas equipes de educação popular, alteram a sua contribuição quanto ao nível de qualidade, de especialização e à medida que a conjuntura vai evoluindo. Nos anos 70, nesses centros de educação, houve um momento em que a gente fez porta de fábrica, distribuiu panfleto, ajudou a organizar eleições sindicais. E eu, pessoalmente, não acho que foi incorreto, correspondia à necessidade daquela conjuntura.

Mas hoje, na medida em que existem instrumentos próprios para isso, os centros de educação se colocam com uma qualidade de contribuição diferente. Mais num plano de especialização: projetos de formação, projetos de investigação, assessoria mais específica a organizações populares. E que segue até mesmo a outras conjunturas revolucionárias.

Por exemplo, hoje, na Nicarágua, continuam presentes vários centros de educação e de assessoria às organizações de massa. E esses centros são encarados, inclusive por essas organizações, como instrumentos muito importantes para serem um olho crítico do andamento do processo revolucionário.

Hamilton Faria: Eu acho que esse espaço próprio em que ocorre a educação popular, não negando o trabalho nas instituições do movimento, é que dá esse viés crítico. Se estamos no ativismo sindical perdemos a noção de conjunto. E o trabalho de educação, de assessoria, é transformado em ativismo.

O educador tem que estar de olhos bem abertos para os tipos de relação que se dão no interior destas organizações populares.

É importante manter o nosso espaço para formular este tipo de conhecimento e trocar em outro nível. A dinâmica dos centros é diferente daquela do movimento sindical.

A educação não é uma caixa de ressonância dos projetos políticos. Quem diz que esta cristalização de posicionamentos que existe nos movimentos é uma cristalização real? O que ela tem a ver com o conjunto dos setores populares? Você vai para uma discussão da CUT e é aquela conversa, é base, é São Bernardo, é não sei o quê. Você vai para uma assessoria de base e a lógica é completamente diferente, não tem este grau de politização, mas as questões educativas estão colocadas.

PARTE 5

Reflexões sobre a prática de alfabetização de adultos

Pedro Garcia: Falando em questões educativas gostaria de abordar — mudando totalmente o rumo do debate — uma prática de educação popular. Vou tomar como exemplo a alfabetização de adultos. Num seminário que a Vera também participou, organizado pela NOVA, a gente estava discutindo a questão da norma culta. Norma da qual você detém o conhecimento e espera que o alfabetizando, ao menos parcialmente, venha a dominar. Mas todo este processo de aprendizado traz problemas bastante complexos. Um deles é a diferenciação cultural, que faz com que o analfabeto diga, por exemplo, “framengo” e busque escrever tal como fala; enquanto você fala e escreve, neste caso, conforme a norma culta: flamengo.

Aí vem o dilema, é “framengo” ou é flamengo? Ou você violenta o cara e diz, do alto da tua autoridade, que é flamengo, e tenta que ele mude a sua maneira de falar e escrever, ou não. Para mim é uma questão complexa.

Entendo que cada situação é uma situação e que, para cada uma delas, há um encaminhamento diferente. Por exemplo, lá na Paraíba, onde eu trabalhei um tempo num assessoramento, os camponeses escreviam de forma incorreta e seus textos eram desta maneira divulgados nos jornais e abaixo-assinados da região. Isto por duas razões. Primeiro porque os agentes locais queriam demonstrar a autenticidade da reivindicação dos camponeses, já que reescrever um texto sempre comporta um nível de interpretação e, segundo — condição necessária para esta opção — o que escreviam os camponeses era inteligível.

Por outro lado, esta postura, em relação à escritura, era aceita e legitimada por todos, agentes locais e camponeses.

Agora, se a gente passa esta questão para o nível urbano, a coisa pode mudar. Naquele seminário a que já me referi, alguém deu o exemplo de um trabalho do PT junto a uma Assembléia Legislativa. Este núcleo era constituído de pessoas das camadas populares que não falavam nem escreviam corretamente. E isto era problema porque eram ridicularizadas. Então se colocava, o próprio pessoal se colocava, a questão do falar e do escrever corretamente, tendo em vista o trabalho que realizavam.

Creio que a diferença entre o rural e o urbano, neste caso, pode ser significativa.

Seja como for isto é um problema que se coloca para o alfabetizador. Porque mesmo que todos estivessem convencidos que o caminho é a norma culta — opção acerca da qual tenho sérias dúvidas —, o fato é que o analfabeto adulto nunca irá dominá-la inteiramente. Mas o mais grave é que este aprendizado se dará em termos de imposição cultural, onde a cultura do outro, do alfabetizando, será pouco a pouco recalcada.

Sérgio Haddad: Vou pegar um pouquinho esta tua fala. O meu ponto de vista em relação a isto é o seguinte: acho que tão importante quanto a definição, por parte dos grupos que estão sendo alfabetizados, se é norma culta ou norma popular, é fazer com que eles discutam a partir de como esta norma foi formada. Para mim, mais importante do que a definição nossa, é que os grupos populares, neste processo, apreendam que a norma culta foi institucionalizada como uma forma de poder. É importante que esta discussão sobre o certo e o errado se faça em sala de aula. Certo em função de quê? Norma culta ou norma popular? O que é norma culta? Norma popular ou norma regional?

É importante discutir com eles o fato de que a norma culta é um instrumento de poder eficaz, que ela foi construída como uma forma de poder. E é uma forma de poder não só a nível de classe, mas a nível de categorias sociais. Mesmo entre a classe dominante o médico tem a sua linguagem própria, o advogado etc.

Então, o meu ponto de vista em relação ao que você coloca é o seguinte: esta questão tem que ser debatida com o pessoal urbano que trabalha junto à Assembléia Legislativa, como os agentes e camponeses lá da Paraíba, com as empregadas domésticas... E aí a decisão é deles.

Agora, se o problema se coloca numa escola formal tem que ficar claro que o objetivo desta instituição é formar o aluno dentro da norma culta, isto faz parte do projeto de uma instituição escolar.

Em síntese, para mim esta questão mais teórica da norma culta e da norma popular só se resolve se colocando a questão da gênese da formação da norma culta como poder. É em cima disso que se pode decidir sobre as opções a fazer.

Pedro Garcia: Mas eu não sei se isto resolve a questão. Tudo bem, você explicita que a imposição e a legitimação do poder se dá através de uma determinada linguagem. Digamos que os alfabetizando percebem isto... e daí? Na prática, como é que o grupo vai lidar com esta questão? Eu acho que o problema vai continuar. Eles podem até perceber melhor como estas relações de classe e de poder se dão dentro de um contexto de norma culta e tal...

Sérgio Haddad: Mas qual é o problema?

Pedro Garcia: O problema é que eles querem realmente aprender a escrever tão corretamente quanto você.

Sérgio Haddad: É isto que eles querem?

Pedro Garcia: É isto que eles querem.

Sérgio Haddad: A partir da compreensão de que com isto eles estão querendo um instrumento que lhes habilite para esta forma de poder, qual é o problema?

Pedro Garcia: O problema é que eles vão continuar a reboque porque, na minha percepção, eles não vão conseguir ter o domínio que eu tenho deste tipo de conhecimento.

Sérgio Haddad: Se isto é uma percepção sua, você tem que socializar isto com eles, explicitar que dificilmente eles vão conseguir o domínio que pretendem, mas que vai se tentar isto da melhor maneira possível.

Pedro Pontual: Mas dentro desta tua colocação aí, Pedro, como é que você explica que uma série de dirigentes sindicais que, há muito poucos anos atrás, até estivessem participando destes grupos, hoje são dirigentes partidários que elaboram a política do Partido. Portanto estão produzindo conhecimento que está pondo muito intelectual a reboque...

Vera Barreto: Mas eu acho que o que o Pedro falou não invalida isto...

Sérgio Haddad: Mesmo porque eles não superaram esta questão. Os caras vivem pedindo uma receita para poder ler e escrever melhor. É ou não é verdade, Pedro?

Pedro Pontual: Sim, mas eu estou generalizando, não estou circunscrevendo o problema ao ler e ao escrever. O Pedro colocou o ler e o escrever como exemplo. Mas pelo que eu entendi a colocação dele vai além do problema da alfabetização. Ele pegou a alfabetização como ponto de partida, como exemplo da relação autoritária no processo de conhecimento. Eu entendi assim.

Pedro Garcia: Você tem razão. Mas talvez seja mais interessante, neste exemplo de uma prática concreta, tentar esgotá-lo e, a partir daí, buscar uma extrapolação do gênero: até que ponto este tipo de problema se coloca em outras instâncias? Eu, pessoalmente, acredito que se coloca. Mas se a gente conseguir, minimamente, amarrar esta questão, talvez se possa avançar para um contexto mais amplo.

Pedro Pontual: Tudo bem...

Vera Barreto: É em cima disso. Eu concordo que o problema é sério. Por exemplo, a gente vem trabalhando muito com esta questão da linguagem a nível que o Sérgio colocou. Inclusive trabalhando com os educadores a questão da fala popular, que existe em todas as línguas, com diferentes variações. Explicitando que não existe uma língua uniforme, mas que cada grupo social tem a sua linguagem. Com isto temos conseguido relativizar esta questão do culto e do popular. Um dos exercícios consiste em propor a mesma frase dita por um professor, por uma criança, por um nordestino... Aí o pessoal começa a perceber estas mudanças dentro de um contexto social, étário, cultural. Entramos, também, na questão da linguagem técnica, dos jargões, que não se resumem a uma questão de classe.

Mesmo porque o jargão existe, também, no meio popular. A gente se refere à linguagem do advogado, à linguagem do médico, mas também existe a linguagem da benzedeira, dos marginais, dos trombadinhas...

E é até interessante perceber como a mistura destas linguagens estão presentes em quase todo momento. A gente tem trabalhado, na pós-alfabetização, com bulas de remédio. A bula é um excelente texto para a gente mostrar isto. Existem determinadas partes que realmente você não entende nada, são feitas para médicos, para o laboratório ou sei lá quem entender... Agora, nas partes referentes ao uso a linguagem muda. Assim, num mesmo texto você tem diferentes exemplos. Isto nos permite trabalhar muito esta questão do que seria o erro. O erro é aquilo que foge ao padrão de um grupo. Por exemplo, o pessoal fala "os menino foram a tal lugar", mas não é comum dizer: "o menino foram". E isto o pessoal percebe. O erro está aí, no que foge à fala do grupo.

E é interessante observar que o pessoal até gosta de fazer este jogo de mudança das linguagens. Em alguns grupos a discussão em cima disso tem levado até a uma certa... vamos dizer, libertação. É um negócio que a gente vem sentindo, muitas mulheres dizem: na reunião eu não falo, que a minha maneira de falar é diferente, então eu fico calada. Há a percepção de que a fala dela não é errada, é só diferente. E que tem um grupo que entende e compartilha da sua fala. Neste sentido a gente percebe o pessoal com mais força para ir às reuniões e falar. Mas eu concordo com o Pedro que ainda continua existir um certo fascínio pelo padrão culto. Eu sinto, por exemplo, com relação ao trabalho com os educadores, que o educador popular tem este fascínio muito mais forte. Se você está trabalhando com um educador que tem o 2º grau completo, ou fez o magistério, até a forma dele trabalhar com o grupo é muito mais fácil. Já quando você trabalha com um pessoal, por exemplo, que tem o terceiro ou o quarto ano do 1º grau, isto é muito difícil, porque ele valoriza a norma culta muito mais do que nós valorizamos.

Sérgio Haddad: E é uma coisa ruim?

Vera Barreto: É ruim na medida em que gera muita ansiedade para os educadores. Já com relação aos educandos a tensão é menor. Isto porque eles percebem mais nitidamente as dificuldades para se chegar ao domínio da norma culta. Percebem isto no lugar onde trabalham, conversando com os amigos, que se trata de uma coisa difícil, quase como aprender uma outra língua.

Sérgio Haddad: Para mim o importante é que eles tenham a dimensão correta do que isto significa. Pegando a colocação do Pedro, é saber dos limites. Por exemplo, eu acho que o Lula ganha em consciência quando ele diz: olha, o meu processo de aprendizagem não é um processo que passa, obrigatoriamente, pela leitura e pela escrita.

Agora, para alguns, é problema. Para quem está no aparelho burocrático do partido, do sindicato, para quem tem que circular informação, é problema.

Penso que nós, como educadores, temos o papel fundamental de mostrar como este processo é um processo de poder e fazer disto um elemento de ganho de consciência.

Participantes (instituições e endereços)

HAMILTON FARIA

RECONSTRUÇÃO — Educação, Assessoria e Pesquisa
Rua Barão de Itapetininga, 120 — cj. 601
01042 São Paulo, SP

GEP/URPLAN — Instituto de Planejamento Regional e Urbano
R. Ministro Godóy, 960
05015 Perdizes, SP

JORGE VICENTE MUÑOZ

NOVA — Pesquisa e Assessoria em Educação
Rua Barão do Flamengo, 22 — cj. 803
22222 Rio de Janeiro, RJ

PEDRO BENJAMIM GARCIA

NOVA — Pesquisa e Assessoria em Educação
Rua Barão do Flamengo, 22 — cj. 803
22222 Rio de Janeiro, RJ

PEDRO PONTUAL

INSTITUTO CAJAMAR
Via Anhangüera, Km 46,5
07760 Cajamar, SP

SÉRGIO HADDAD

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983
01238 São Paulo, SP

VERA BARRETO

VEREDA — Centro de Estudos em Educação
Rua Cincinato Braga, 500
Cerqueira César
01333 São Paulo, SP

CADERNOS DE EDUCAÇÃO POPULAR 13

"A força da Educação Popular reside na sua fragmentação por todo o país. É um tipo de força diferente do que corresponde à unidade. No momento de maior repressão, nos anos 70, a Educação Popular resistiu como forma estilizada de poder porque estava disseminada. Não havia cúpula, uma cabeça que, cortada, destruiria todo o movimento. O poder e a criatividade da Educação Popular está justamente na sua multiplicidade diferenciada. Tentar criar uma unidade, 'aparelhá-la', é uma forma de exterminá-la como movimento criativo de mil faces".

Coleção: Cadernos de Educação Popular:

- Nº 1 — Para Analisar Uma Prática de Educação Popular — Educação Popular: Um Depoimento — Beatriz Costa e Bernard von der Weid
- Nº 2 — Depoimento: Fala um Operário — Equipe do Nova
- Nº 3 — Conversando com os Agentes — Saber Popular/Educação Popular — Aida Bezerra e Pedro Benjamin Garcia
- Nº 4 — Só a Gente Que Vive é Que Sabe — O Que é a Seca — Equipe do Nova
- Nº 5 — Movimento dos Trabalhadores. Um Debate — Equipe do Nova
- Nº 6 — Do Fruto à Raiz — Zeca Tiago
- Nº 7 — Saúde é Educação Popular — Equipe do Nova
- Nº 8 — Alfabetização de Adultos — Equipe do Nova
- Nº 9 — O Trabalhador e a Produção Hoje — Equipe do Nova
- Nº 10 — MEB: Uma História de Muitos — Maria Aída B. Costa, Vera Jaccoud e Beatriz Costa
- Nº 11 — Agora o Mundo Não é Só o Nosso Lugar — Gustavo Lyra
- Nº 12 — Por Que as Crianças Não Gostam da Escola? — Luisa Castiglioni Lara
- Nº 13 — Educação Popular em Debate — Vários Autores

ATENDEMOS PELO REEMBOLSO POSTAL



Nova

00034-0